

**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatro realizou-se a Vigésima Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e vinte e seis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**, Representante do Secretário de Meio Ambiente; **Sr. Claudio Dilda**, Representante da FEPAM e Presidente deste Conselho; **Sra. Laura Londero Cruz**, Representante do Secretário de Saúde; **Srs. Ebersson Thimmig Silveira e Luiz G. S. Fagundes**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. João Bicca**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Mauro André Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler**, Representante Titular do Centro de Estudos Ambientais – CEA; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sra. Maria Cecília Moreira Hypólito**, Representante Titular do IBAMA; **Sr. Roberto Carlos da Silva Alves**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Srs. Clebes Pinheiro e Eduardo Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Nilvo Luiz Alves da Silva, IBAMA; Claudio Langone, Ministério do Meio Ambiente; Paulo do Nascimento Teixeira, Ministério de Minas e Energia; Carmem Franco, FEPAM; Alexandre Bugin, OAB/RS; Mauro Gomes de Moura, FEPAM; Sílvia Capelli, Ministério Público; Moisés da Luz, UFRGS; Lúcia Ortiz e Maria Conceição Carrion, Núcleo Amigos da Terra/Brasil; Rogério, Mira-Serra; Rogério Dewes, DRH/SEMA; Pablo Ferreira, PUC; Maria Cristina Magalhães Alves, CEEE. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Claudio Dilda, Representante da FEPAM, e secretariados pelo Sr. Mauro Gomes de Moura, FEPAM. **Pauta: 1. Programa Energético da Bacia do rio Uruguai. Sr. Presidente (Sr. Claudio Dilda):** Srs. Conselheiros, boa-tarde. É com muita satisfação que damos por aberta a 28ª Reunião Extraordinária do CONSEMA. Convidamos para integrar a Mesa o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Claudio Langone; o Diretor do Licenciamento do IBAMA, Nilvo Alves da Silva e Paulo Nascimento Teixeira, do Ministério de Minas e Energia. Srs. Conselheiros, conforme é do conhecimento de todos, por solicitação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, acontece, e aprovado em Plenário a solicitação, então, esta 28ª Reunião Extraordinária do CONSEMA, tendo como pauta exclusiva o Programa Energético da Bacia do rio Uruguai. Desde já gostaria de registrar o agradecimento deste Conselho ao Ministério do Meio Ambiente, na pessoa do Secretário Executivo, Claudio Langone, que aceitou o nosso convite. Ao Nilvo Alves da Silva, do Licenciamento do IBAMA e ao Dr. Paulo Teixeira, do Ministério de Minas e Energia. Então, a vocês o nosso agradecimento. E passaríamos, então, a palavra ao Dr. Claudio Langone para o início dos trabalhos desta tarde, após, então, o Dr. Paulo Teixeira se manifestaria, e na seqüência normal vamos abrir para os questionamento. A guisa de abertura desta reunião solicitamos à Conselheira Edi, representante da AGAPAN, que se pudesse fazer uma explanação, pode ser sucinta, da expectativa acerca desta reunião. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Boa-tarde a todos. Primeiro, queremos agradecer o atendimento, essa demanda da AGAPAN, embora após 11 meses depois que estamos pedido esta pauta para o CONSEMA discutir. Enfim, então, agradecer também a presença do Secretário Executivo do Meio Ambiente, Claudio Langone, o Presidente do Licenciamento Ambiental do IBAMA, Nilvo Silva, e ao representante do Ministério de Minas e Energia, Sr. Paulo Teixeira. Então, a proposta de pauta é discutir todo o modelo e a política energética para a bacia do rio Uruguai, todos os empreendimentos que estão em licitação ou vão ser passíveis de processo de licitação. Sabemos que existe a possibilidade de fazer 24 barragens no rio Uruguai e gostaríamos de saber qual é a questão desses empreendimentos. Acho que em suma, Presidente, seria essa a nossa colocação inicial. **Sr. Presidente:** Passamos, então, de imediato, a palavra ao Dr. Claudio Langone para a sua explanação. **Sr. Claudio Langone:** Quero saudar o Dilda, Presidente do CONSEMA, estendendo a saudação também ao Cunha, nosso subsecretário, e a todos os Conselheiros e convidados desta reunião. Quero dizer que para mim é uma satisfação estar participando de uma reunião do CONSEMA. Saudar o Nilvo e o Paulo, também referir aqui a presença do Volnei, que é nosso Diretor de Articulação Institucional e um dos representantes do Ministério no Comissão de Gestão Integrada do setor elétrico. Acho muito importante que a gente realize esse debate, este foi um ano em que desde o início o clima do licenciamento ambiental entrou muito forte na conjuntura. Era uma previsão que a gente já fazia no passado, reuni-me com várias das organizações aqui presentes, discutindo isso, prevendo isso. E entrou, sobretudo, para uma expectativa que a gente retome o padrão de crescimento significativo, onde o papel da infra-estrutura tem uma relevância muito grande. Também entrou em função de um discurso muito comum do setor empresarial brasileiro em momentos como esse. Costumo dizer temos, de vez em quando, como o Brasil perdeu muito a perspectiva de discutir políticas de médio e longo prazo, tanto em termos de estratégias de desenvolvimento, quanto em termos de políticas setoriais, temos surtos repentinos de uma idéia de crescimento e de resultados rápidos. O setor empresarial no Brasil tem pouca tradição de discutir políticas de médio e longo prazo, também tem pouca tradição de discutir questões que sejam descoladas de interesses específicos e pontuais. Acho que o Brasil começa a tentar fazer um movimento para uma agenda consistente de crescimento, revertendo um pouco essa lógica, mas temos muito colocado na sociedade, principalmente nos meios de comunicação, mais do que na sociedade, um discurso que tem sido feito, sobretudo, pelos economistas. Quem mais fala de meio ambiente nos últimos tempos no Brasil? Com o desmantelamento das editorias que cuidavam dessa área tem sido os especialistas em economia. Então, o discurso de alguns setores, orientado, em geral, por questões pontuais em interesses específicos, alguns deles negados, mas que tem uma certa semelhança com o discurso que a gente via há 10, 12 anos em relação à idéia do Estado mínimo. Todos aqui lembram do

3

4

64 momento em que se colocou fortemente essa idéia do Estado mínimo e das conseqüências disso para o setor ambiental
65 brasileiro. O discurso de que o grande problema era o tamanho do Estado e que era preciso reduzir o tamanho do Estado,
66 que levou grande parte dos órgãos ambientais brasileiros a programas de demissão voluntária e que nos trouxe, 12, 14
67 anos depois, a uma situação de que, em geral, você tem poucas situações de órgãos ambientais no Brasil que sejam
68 maiores ou do mesmo tamanho que eram há 10 anos. Maiores acho que tem muito poucos mesmo, dá para contar menos
69 com os dedos de uma mão. E agora o discurso desses mesmos setores muda um pouco de figura, estabelece o seguinte: já
70 que o Estado não tem recursos para investir, o papel do Estado é estabelecer marcos regulatórios e diminuir a burocracia.
71 Então, esse discurso revela uma visão sobre o papel do Estado, que é divergente da nossa visão, porque nós acreditamos
72 que o Brasil pode ter uma agenda consistente de retomada do desenvolvimento, mas para ser consistente tem que ser com
73 sustentabilidade, tem que discutir a retomada da dimensão de planejamento de políticas de desenvolvimento. E tem que
74 discutir a repercussão disso na retomada, também, do estabelecimento do planejamento de políticas setoriais, que por
75 aquele modelo que citei, anteriormente, também, em geral, as políticas setoriais entraram em um arranjo, que era mais ou
76 menos um arranjo de um mercado se auto regulando, que levou a um modelo que enfrentamos. E no caso do setor elétrico
77 esse modelo nos fez receber contradições muito significativas que vamos avaliar na seqüência. Então, há uma discussão na
78 sociedade brasileira, hoje, sobre o papel do Estado como indutor das políticas de desenvolvimento, há uma superestimação
79 do tamanho do problema, principalmente em relação ao chamado apagão logístico do País. É o colapso da infra-estrutura
80 do País, que requerer que façamos reflexões mais detidas sobre os modelos de políticas, como, por exemplo, no setor,
81 como uma das áreas mais importantes do setor logístico, que é a área de transportes. Se o modelo brasileiro,
82 predominantemente, voltado para transporte de carga em estradas é adequado ou não na comparação com ferrovias,
83 hidrovias e outras possibilidades, enfim, uma série de questões que estão em todas as área da infra-estrutura do País. Há
84 também uma certa discussão de fundo sobre se de fato corresponde essa idéia de que o Estado mantém recursos e de que
85 com o ambiente regulatório estável e diminuição da burocracia temos condição plena de retomar os investimentos. Nós
86 temos uma tradição, também, corrente, cultural no Brasil, que os investimentos são feitos pelo setor privado, mas com
87 recursos de bancos públicos, em geral, do BNDES. E os investimentos também para serem feitos, é uma discussão que
88 tem-se colocado agora, mais recentemente, é difícil eles assumirem qualquer dimensão de risco, a dimensão de risco em
89 geral é passada para o Estado. Então, se o dólar vai variar, se o mercado mundial vai-se alterar ou para que se tenha um
90 ambiente de investimento o Estado precisa blindar e assumir para ele o prejuízo de uma eventual modificação de cenário.
91 Então, acho que essa é a primeira discussão que tem que ser colocada e, então, temos duas dimensões importantes,
92 primeiro: estamos em uma situação, no Brasil, em que é evidente que há um certo esgotamento, e é preciso dar um passo
93 adiante em relação a nossa forma de estruturação do setor ambiental e o papel do setor ambiental nos Governos. É cada
94 vez mais evidente que a dimensão ambiental, que a variável ambiental, tem que ser inserida no planejamento das
95 estratégias em desenvolvimento. Estou falando em planejamento das políticas setoriais, mas há um empasse aí, que é
96 como inserir a dimensão ambiental no que não existe. Se você não tem marco de planejamento de política setorial em
97 estradas, em energia, em saneamento, em habitação, você não tem como inserir a variável ambiental nisso. E você vai-se
98 relacionar com essas cadeias e com esses setores, as cadeias produtivas ou setores, no caso da infra-estrutura, a partir dos
99 marcos e dos instrumentos regulatórios que o setor ambiental tem no Brasil, que são fortes, que devem ser mantidos, que
100 devem ser fortalecidos e que estabelecem que um determinado padrão de desempenho, de performance ambiental para
101 esses empreendimentos serem autorizados, mas que tem um problema em si no modelo, que é a avaliação caso a caso. A
102 ausência de um referencial maior, macro, de tomada de decisão que considere instrumentos estratégicos de planejamento e
103 gestão aliados à avaliação necessária de empreendimentos caso a caso, seja em empreendimentos de energia, seja em
104 todos esses setor que falei. Esse é um desafio para o setor ambiental, o setor ambiental precisa para que se faça o
105 processo de inserção da dimensão ambiental na estratégia de desenvolvimento do País e nas políticas setoriais. É preciso
106 que a gente considere que essa transversalidade não cai do céu, quer dizer, o setor ambiental precisa nos governos criar
107 capacidade para ter uma agenda propositiva em relação aos setores, mostrando como se faz isso no âmbito da discussão
108 macro, e nós, institucionalmente, ao longo desse processo de consolidação do setor ambiental no Brasil cremos pouca
109 capacidade em relação a isso. Isso significa também que temos que reforçar e trazer com o equilíbrio maior da balança
110 instrumentos regulatórios e instrumentos estratégicos de planejamento e gestão, como: avaliação integrada de bacias,
111 avaliação ambiental estratégica, zoneamento ecológico-econômico, avaliação por regiões; enfim, uma série de instrumentos
112 que já estão sendo trabalhados de alguma forma, mas são trabalhados de maneira muito menos intensa do que deveriam.
113 Em geral são trabalhados pelo setor ambiental sem serem utilizados como instrumentos estratégicos para a tomada de
114 decisão em relação aos marcos regulatórios. Isso é uma questão muito importante para ser avaliada, inclusive, como
115 debilidade do setor ambiental, somado ao fato de que nós fomos sendo empurrados. Aquele modelo que se colocava já
116 naquele período da década de 90, de Estado mínimo e diminuição da capacidade do Estado na área ambiental, foi um
117 modelo míope, porque ele nos empurrou para uma situação em que ao mesmo tempo em que fazíamos aquilo
118 fortalecíamos mecanismos legais e extralegais que forçavam um aumento na demanda, sobretudo, de licenciamentos sobre
119 os órgãos de meio ambiente no País, eu diria, principalmente, em relação aos Estados. Então, de lá para cá temos um
120 gráfico ascendente de demanda e um gráfico estabilizado descendente de capacidade instalada, seja em termos de número
121 de pessoas ou seja em termos de capacitação institucional no setor ambiental brasileiro. É isso que fez, por exemplo, com
122 que tivéssemos em um setor de licenciamento do IBAMA, no início de 2003, dos 70 técnicos lá instalados só 07 técnicos de
123 quadro de pessoal permanente de carreira, e o restante de consultores com contratos temporários, com vinculação
124 temporária com o serviço público. É uma falta de visão do Estado, que ao mesmo tempo cria movimentos contraditórios e
125 que estoura em uma grande contradição teórica entre desenvolvimento e meio ambiente, que eu acho que pode ser uma
126 crise, mas pode ser uma oportunidade. Essa discussão tem que ser feita na sociedade brasileira, porque podemos ter todos

127 os elementos que quisermos em termos da discussão, mas sem órgãos ambientais fortes não vamos avançar nessa
128 agenda. É preciso dizer que na área ambiental o papel regulatório do Estado é indelegável e que isso requer órgãos
129 ambientais com gente capacitada para fazer o trabalho correspondente ao marco legal, para não aumentar ainda mais essa
130 dissonância de gráficos que estão indo em sentidos, radicalmente, opostos. A área mais pesada disso é a área de energia,
131 e a área de energia que teve, recentemente, na época do apagão, uma primeira crise com características muito
132 semelhantes a essa, em que o modelo era outro, porque era um modelo centrado nas térmicas a gás, que gerou uma forte
133 pressão e uma forte demanda sobre o setor ambiental. Levou alguns aperfeiçoamentos, alguns mecanismos de
134 aprimoramento, como os que foram testados aqui mesmo no Rio Grande do Sul e em outros Estados brasileiros, levou a
135 uma espécie de força-tarefa para viabilizar a avaliação dos empreendimentos, mas não levou a soluções estruturais. Na
136 verdade, também levou o Brasil a uma pauta fria, porque grande parte dos empreendimentos que foram priorizados naquele
137 momento para serem objetos de licenciamento não foram construídos, em geral não por elementos ambiental, em geral por
138 elementos de mercado para operações de dinâmicas de mercado, que levaram naquele momento aqueles
139 empreendimentos a não serem construídos. Temos uma nova situação neste Governo e que se coloca um peso maior na
140 nossa matriz em relação às hidrelétricas e a diversificação da matriz, mantendo algumas estratégias em relação ao gás,
141 apostando em algumas fontes alternativas, principalmente por meio do Pró-Infra e no caso da Amazônia por meio da
142 tentativa de um mecanismo de reversão de uma região que sobrevive, sobretudo, por diesel, que vai do sudeste para a
143 região. Então, tem-se uma discussão muito forte neste ano sobre a questão do setor elétrico dos licenciamentos. A primeira
144 questão que se coloca: os conflitos existentes, uma certa idéia de que há uma lentidão na avaliação das licenças, depois,
145 um pouco mais adiante, uma idéia de que é preciso mudar a legislação brasileira, porque a legislação brasileira impede
146 investimentos, mas que não é uma idéia que se sustenta. E, então, sobretudo, no âmbito do Governo Federal, resolvemos
147 fazer um trabalho, quer dizer, já vínhamos desde o início do ano passado tentando estruturar, a partir de uma iniciativa do
148 Ministério do Meio Ambiente, agendas bilaterais, Ministério a Ministério. No nosso caso, então, essas agendas, a primeira
149 delas foi na área de energia, já no ano passado, identificando, claramente, uma pauta comum entre os dois Ministérios,
150 identificando pontos focais e o universo de trabalho que tinha para ser feito. Esse modelo de agendas bilaterais é um
151 modelo que fez escola no âmbito Governo, hoje já está sendo replicado para algo em torno de 15 Ministérios na área de
152 infra-estrutura, na área de produção e um pouco na área social, mas começou mesmo pela área de infra-estrutura. Ele
153 tentou resolver e dar racionalidade a um problema histórico dos governos, que é, primeiro: os governos têm fóruns
154 interministeriais ou intersecretarias que funcionam, mas esses fóruns só funcionam para determinar diretrizes gerais, não
155 funcionam para fazer amarração. Então, o conceito de agenda bilateral é uma instância que na relação bilateral faça a
156 amarração de políticas, desde tratar da inserção da dimensão ambiental no planejamento dos novos modelos setoriais que
157 vão ser desenvolvidos nas políticas, até tratar dos aspectos cotidianos. Para nós isso é um mecanismo de racionalização,
158 porque, por exemplo, no caso do Ministério de Minas e Energia a ausência disso nos fazia conversar com algo em torno de
159 12 interlocutores diferentes, as agências, as empresas estatais, o próprio Ministério, a Secretaria do Ministério, enfim, por
160 ser uma agenda muito ampla. Então, nessa agenda localizamos o setor de energia elétrica, o setor de gás e petróleo e o
161 setor de mineração, como setores específicos, que desdobraram em pontos focais diferenciados e abriram agendas que
162 foram avançando ao longo do processo. Eu diria que as duas primeiras muito, gás e petróleo, praticamente, consolidados
163 hoje, e o setor de energia elétrica o mais complexo de todos os setores com os quais estamos trabalhando na infra-estrutura
164 do Governo. Por que o mais complexo? Porque temos um problema de modelo de concepção, modelo firmado a partir do
165 período da estruturação das agências que trabalham com a tradição de concessão dos empreendimentos sem as
166 avaliações de viabilidade prévia, do ponto de vista ambiental e social, etc. e tal, avaliando exclusivamente a dinâmica da
167 queda d'água do rio. É um modelo superado, mas era o modelo vigente e todas as concessões já feitas nesse período pelas
168 agências estão dentro desse modelo. Portanto, trabalhamos com um universo que é o que a gente chama de passivo do
169 antigo modelo, ou passivo do atual modelo. Inventários de bacias feitos sem nenhum tipo de participação e de interlocução
170 com a sociedade, avaliando exclusivamente a lógica de queda d'água do rio, sem avaliar os outros fatores e levando a um
171 processo que não tem como não desembocar todos os conflitos associados aos empreendimentos para o licenciamento
172 ambiental. Nesse processo do modelo vigente a única etapa aberta do processo é o licenciamento ambiental, que
173 disponibiliza os estudos, que tem possibilidade de audiências públicas, que tem oportunidade de controvérsia, que lida com
174 os conflitos ambientais, sociais, etc. e tal. Então, a primeira coisa que trabalhamos: é preciso mudar o modelo; que fomos
175 construindo e que está referenciado no novo modelo do setor elétrico. Por quê? Não só pelas questões ambientais e sociais
176 embutidas, mas também porque o modelo atual é um modelo que chamo de Cavalão de Tróia. O empreendedor recebe uma
177 concessão, às vezes, compra a concessão com o estudo já feito, dimensiona um determinado custo para o empreendimento
178 e ao longo do caminho vai descobrindo que o custo vai crescendo, e, às vezes, o custo do que ele vai descobrindo ao longo
179 do caminho é maior do que o custo inicial do empreendimento. Quando você precisa realocar uma cidade de 15.000
180 pessoas, quando você precisa, enfim, arcar com medidas compensatórias elevadas em função das delicadezas ambientais.
181 E esse modelo de concessão faz com que muitos desses empreendimentos nasçam, eu chamo de nascer bichados. Quer
182 dizer, o conflito que vai nascer lá adiante, no final, no licenciamento, ou mesmo depois do licenciamento, como no caso de
183 Barra Grande, na hora de avaliar a autorização de pressão de vegetação já nasceu na concessão e não havia nenhuma
184 possibilidade que ele soubesse do processo ao longo do caminho, porque a decisão tomada de localização do
185 empreendimento fez com que o conflito estivesse embutido, mas escondido ao longo do processo e no meio do caminho.
186 Então, estamos hoje trabalhando com base em dois grandes blocos em relação a hidrelétricas no País, primeiro: um
187 conjunto de empreendimentos que já foram concedidos, que são esses que têm graus diferenciados de conflitos, mas que
188 há conflitos advindos já do processo de concessão em que estamos vendo quais são as questões que precisam ser
189 avaliadas e que podem partir de um trabalho e de um esforço conjunto para serem melhor resolvidos. Sob o aspecto

190 ambiental temos uma tradição do setor de estudos ambientais de baixa qualidade e uma tradição do setor ambiental de
191 aceitar estudos ambientais de baixa qualidade, desconforme com os Termos de Referência e complementando os estudos
192 ao longo do caminho, que é uma opção absolutamente equivocada do nosso ponto de vista. Então, o caso do IBAMA, por
193 exemplo, tomamos uma decisão que não vamos mais ter empreendimentos como o Tijuco a Auto, que foi negado, que
194 ficaram 12 anos tramitando, idas e vindas que geram um desgaste imenso. E a partir do Termo de Referência os estudos
195 ambientais que vierem em desconformidade com o Termo de Referência não são protocolados, não entram, são devolvidos
196 imediatamente para acabar com essa história de complementação, porque nessas idas e vindas o tempo é sempre debitado
197 na conta do setor ambiental. Não interessa quanto tempo ficou para complementar o processo, o tempo é sempre debitado
198 na conta do setor ambiental, que é uma vítima fácil disso no debate público. Segundo: já estamos para vários
199 empreendimentos solicitando que os estudos sejam feitos avaliando a relação com o conjunto da bacia, sem fazer o estudo
200 da bacia, no caso de empreendimento específico. Terceiro: temos duas questões importantes, uma delas não tão relevante
201 para cá, outra sim, que são: vários empreendimentos que têm interferência potencial com terras indígenas e que pela
202 legislação brasileira precisam de autorização do Congresso Nacional para serem licenciadas. Esses graus de interferência
203 são diferenciados, às vezes, são interferências indiretas, às vezes, são interferências diretas. E esse artigo da Constituição
204 que estabelece a discussão sobre a interferência com terras indígenas até hoje não foi regulamentada. Então, a
205 possibilidade que isso se torne um conflito é muito significativo, achamos que é importante que se regulamente esse artigo,
206 mas não é fácil regulamentar esse artigo, porque esse mesmo artigo também dispõe sobre mineração e outras atividades
207 em terras indígenas, que conseguem ser bem mais complicadas do que este tema que estamos enfrentando aqui. Também
208 não dá para deixar um movimento em que as licenças entram, vão tramitando e em um determinado momento o setor
209 ambiental diz: é preciso autorização do Congresso Nacional. Aí o processo pára, vai para o Congresso Nacional e todo o
210 tempo que o Congresso Nacional levar para autorizar é debitado na conta do órgão ambiental, que levou não sei quantos
211 anos para fazer o licenciamento. É preciso dar uma solução mais estruturante para isso. A outra questão que também é
212 muito relevante nesse processo é a questão dos impactos sociais. Nós saímos de um modelo em que, predominantemente,
213 o Estado investia para um modelo em que o setor privado passou a investir. E o processo de mediação entre Estado e
214 empresas, em relação à questão dos atingidos, nesse contexto que nós herdamos, praticamente, não existia. Posso falar
215 isso com muita segurança, porque diante da negativa do IBAMA, época em que eu era Secretário aqui, de mediar a relação
216 entre atingidos e Tracdebel e Itá, eu e o Nilvo fomos solicitados pelas partes para mediar. E chegamos à conclusão de que
217 é absolutamente impossível você chegar a avanços significativos nos acordos da área social sem uma mediação mínima
218 que seja, que você acaba tendo uma situação em que há uma grande discussão sobre, por exemplo, anuncia-se um
219 empreendimento hoje e vai ser construído daqui 05 anos, você conta quem estava ocupando a área hoje ou daqui há 05
220 anos para fins das indenizações e das remoções? Como se relaciona com os parentes desses atingidos? Os benefícios
221 potenciais que teriam das propriedades, a dinâmica social. Temos casos hoje de remoção de cidades inteiras, de 15.000
222 pessoas, onde, por exemplo, há questões prosaicas, do tipo: quando se tomou a decisão de construir um empreendimento
223 todos eram católicos na cidade, quando o empreendimento foi construído tinha gente da Assembléia de Deus e de outras
224 igrejas querendo construir três, quatro igrejas ao invés de uma igreja só, porque mudou a dinâmica social. E de outro lado,
225 as empresas tendem a fazer uma força para diminuir, radicalmente, o investimento na área social. Então, é preciso
226 transportar algum tipo de mecanismo de mediação que resolva essas questões, dimensione adequadamente esses
227 elementos e nesse sentido o Governo constituiu um grupo de trabalho, formado por 11 Ministérios, que já concluiu seus
228 trabalhos e que tende a identificar uma instância de interlocução com os atingidos, de Governo, articulando conjuntos
229 Ministérios, articulando demandas que são demandas dos movimentos com o Governo, demandas que são das empresas
230 estabelecendo uma mediação e tentando fazer com que essas tratativas sejam feitas em um período bem anterior ao
231 licenciamento. Essa questão dos impactos sociais sobrecarrega, enormemente, os licenciamentos e os órgãos ambientais
232 são obrigados a assumir a mediação entre atingidos e empresas, em função de que não há outro espaço para fazer isso. Às
233 vezes, as questões sociais têm forte relação com as questões ambientais, não dá para negar isso, que essas questões são
234 muito complexas. E o trabalho que o Comitê Integrado de Gestão do Setor Elétrico tem feito, em relação a esse conjunto de
235 empreendimentos que já haviam sido concedidos, é um trabalho muito efetivo. A primeira coisa que se fez foi tentar
236 circunscrever o tamanho do problema, porque havia uma superestimação do tamanho do problema, dimensionar quanto do
237 problema era vinculado ao IBAMA, quanto do problema era vinculado aos Estados. Abrir uma agenda com os Estados,
238 também, para discutir esse assunto, em alguns casos mais intensos porque há uma concentração forte de
239 empreendimentos nos Estados de Goiás, Paraná e na bacia do rio Uruguai, que são focos específicos. E tentar enfrentar
240 essa questão sob uma ótica mais aberta e já tentando trabalhar também algumas questões que são para o novo modelo, já
241 dentro do modelo atual, porque já temos as experiências de avaliação integrada de bacia feitas aqui no Rio Grande do Sul,
242 pela FEPAM, no caso do Taquari/Antas e do Ijuí. Em Goiás tivemos uma ação civil pública que paralisou a avaliação dos
243 empreendimentos por uma exigência de realização de avaliação ambiental integrada. No caso do Paraná, o Governo do
244 Paraná tomou uma decisão similar a essa, até que fosse feita uma avaliação, um zoneamento geral, não seriam avaliados
245 novos empreendimentos, enfim. Então, tentar identificar essas questões e ver, a partir da estruturação da Empresa de
246 Pesquisa Energética, em um novo modelo como podemos desenvolver uma agenda nacional, focada em articular questões
247 que são de competência federal com competências estaduais minimizando esses conflitos, tanto para as já concedidas,
248 quanto, sobretudo, para um novo modelo. Por isso, por exemplo, tomamos a decisão de fazer, ano que vem, algo em torno
249 de 08 avaliações, estudos de avaliação integrada de bacia no Brasil, escolhendo bacias prioritárias, que vão ser objeto
250 também de parceria com os Governos Estaduais, para tentar já aplicar essas questões, sobretudo, nos novos
251 licenciamentos e também as conseqüências de alguns para os licenciamentos que estão em andamento. No caso do novo
252 modelo, a decisão e o que está previsto na lei é que no novo modelo vamos fazer os inventários de bacia de maneira

253 participativa, avaliando todas as dimensões e de o licenciamento será feito antes das concessões e a condução do
254 licenciamento será feita pela Empresa de Pesquisa Energética. Isso nos permite trabalhar em uma agenda estruturante,
255 mais consistente de médio e longo prazo, porque tendemos a ter uma criação de um nicho de excelência no âmbito da EPE
256 em relação a isso. Obviamente, a EPE não vai executar isso tudo, vai trabalhar com parceiros, mas vamos estabelecer um
257 determinado padrão de padronização dos estudos para evitar essas situações de estudos de baixa qualidade, de conflitos.
258 Enfim, alguns herdados nesse modelo, porque as empresas que fizeram e pagaram os estudos não tinham a garantia que
259 iriam construir os empreendimentos. Portanto, eram uma espécie de barriga de aluguel dos empreendimentos e fizeram
260 investimentos pequenos, passaram os estudos malfeitos para quem assumiu depois os empreendimentos definitivos, e os
261 estudos já vieram com problemas, o que não exige o novo detentor da concessão, mas explica algumas das confusões que
262 temos verificado. Enfim, o que temos visto para médio prazo no Brasil é que a maior parte dos empreendimentos que serão
263 objeto de avaliação são empreendimentos de médio porte, digamos, abaixo de 300MW. No escopo dos empreendimentos
264 do novo modelo, da próxima rodada de licitações, a maior parte desses empreendimentos são objeto de licenciamento
265 estadual, e por isso mesmo se fortalece a necessidade de uma agenda nacional que possa trabalhar essas questões de
266 maneira adequada. Em relação à bacia do Uruguai o que temos? Temos uma bacia que pelo grau de aceleração dos
267 investimentos na região é fortemente vítima desse modelo, já de um modelo de predominância estatal e agravado com esse
268 modelo mais recente de concessões que tivemos. A ausência de uma avaliação integrada da bacia com um número muito
269 grande de empreendimentos solicitados a bacia, praticamente, já no limite da sobrecarga em relação à possibilidade de
270 empreendimentos. Há ainda demandas, sobretudo, de PCHs, sobretudo, no rio Pelotas, que nos parece em geral pouco
271 viáveis, e um grande volume de conflitos ambientais e sociais. No caso de conflitos ambientais, alguns mais graves que
272 tivemos, vou citar dois casos emblemáticos: toda a discussão sobre Itá. Lembro que na época, por meio da FEPAM,
273 recomendamos que o enchimento de Itá não fosse feito no período que foi feito. Lembro claramente, era mais ou menos
274 essa época, várias pessoas que estão nesta sala lembram disso. Descobrimos que o IBAMA estava para autorizar o
275 enchimento de Itá e mandamos uma cartinha com uma mensagem dizendo: é uma área muito contaminada por dejetos
276 orgânico, é um período de seca e estamos El Niño, se vocês autorizarem o enchimento esse lago vai virar um grande tapete
277 verde de algas. Foi exatamente o que aconteceu, não foi por falta de aviso. E no caso de Barra Grande, o histórico todos
278 conhecem aqui, que pode ser talvez um pouco detalhado ao longo da discussão, que foi um estudo que foi feito por outra
279 empresa, que quando a Empresa Baias ganhou a concessão ganhou com um estudo já com problemas. Não se revisou o
280 estudo, houve falhas de procedimento no âmbito do IBAMA à época, as audiências públicas não apontaram o problema e o
281 problema, a diferença, a discrepância entre o inventário florestal e o estudo que foi apresentado em relação à cobertura
282 florestal só foi aparecer na época da autorização de supressão de vegetação para a formação do lago, já com a obra
283 construída e com as licenças prévias de instalação concedidas. O que nos levou à construção de uma tentativa de uma
284 saída, que foi esse Termo de Ajustamento de Conduta, que ontem, inclusive, foi objeto de uma audiência. Dentro do Termo
285 de Ajustamento de Conduta de Barra Grande está prevista a avaliação ambiental integrada de bacia do Uruguai como um
286 dos condicionantes, entre vários condicionantes, que nos permitirá um nível parcial de incidência sobre a situação da bacia,
287 mas que é importante ser feito em função de que ainda temos empreendimentos sendo avaliados, tanto no âmbito federal
288 quanto estadual. E podemos vir a ter novas demandas, uma vez que as demandas que tínhamos de PCHs foram
289 arquivadas no IBAMA, em geral. E no caso dos impactos sociais na bacia, foi a região que nasceu o MAB, o contencioso
290 social é muito grande, em geral os empreendimentos são os mesmos, os movimentos são os mesmos, já há um
291 contencioso e um passivo forte. E temos uma situação curiosa na bacia, que é, primeiro, em todos os empreendimentos, um
292 movimento forte dos prefeitos sobre os órgãos ambientais para liberar e depois da construção um forte movimento dos
293 prefeitos tentando obter compensações, porque as empresas constroem as usinas, saem, começam a operar, deixam em
294 geral uma vila do tamanho da cidade, são municípios pequenos, e deixam todo o passivo social para ser suportado pela
295 municipalidade. Então, agora temos um movimento dos prefeitos na região do Uruguai, do pós-licença, dos mesmos que
296 pressionavam no pré-licença pela licença em um sentido contrário e muito crítico, que tem que ser avaliado em um contexto
297 geral. É praticamente impossível você avaliar a situação do rio Uruguai analisando só um empreendimento. Como foram
298 ficando passivos mal resolvidos, muitos deles por falta de mediação do Estado, teremos que avaliar no contexto geral.
299 Então, para concluir, o que diria é o seguinte: estamos fazendo um forte movimento de reversão da capacidade do setor
300 ambiental em um nível federal, e vamos fazer um esforço sobre o SISNAMA também, já iniciamos esse esforço em conjunto
301 com a ABMA, no sentido de resolver problemas nossos que são reais. Não dá para entrar nessa agenda dizendo que não
302 há problema, se entrarmos nessa agenda dizendo que não há problema o setor ambiental fica muito fragilizado. Estamos
303 fazendo um concurso novo para o IBAMA agora, o edital deve sair no início de janeiro, que vai aportar um número muito
304 significativo de novos servidores, sobretudo, no licenciamento. O IBAMA vai receber até o meio do ano que vem, depois o
305 Nilvo vai-me cobrar, algo em torno de 150 novos servidores de nível superior só para o licenciamento. Vamos alterar a
306 lógica, que dava, mais ou menos, 10% de servidores estáveis para 90% de consultores temporários. Até a metade do ano
307 que vem, de 2005, vamos ter mais de 90% de servidores estáveis e menos de 10% de servidores com vínculo temporário,
308 consultores temporários serão chamados para avaliar questões pontuais que requerem alto nível de especialização, não
309 vão fazer papel de servidores permanentes. Nós estamos fazendo um conjunto de esforços no sentido de dar transparência,
310 fazer manuais, guias de licenciamento, padronização dos procedimentos, porque havia problemas sérios de tramitação. Aí,
311 talvez a experiência, o padrão do IBAMA não fosse tão bom quanto de Estados mais avançados, que já avançaram mais em
312 relação a isso. E abrimos uma agenda muito forte e permanente com o setor privado, sobretudo, com o setor de infra-
313 estrutura, por meio da associação que hoje representa, organicamente, esses empresários, que é a Associação Brasileira
314 de Infra-estrutura e Indústria de Base. Fizemos ao longo deste ano um conjunto muito significativo de reuniões de trabalho
315 com eles, em que discutimos vários desses temas, o setor elétrico foi um, em que apresentaram uma série de contribuições

316 que tem uma sintonia bastante razoável com o que a gente vinha pensando em relação às modificações a serem feitas. Eu
317 diria que o padrão de sintonia é maior que os dois lados esperavam nesse diálogo, é importante consolidar essa agenda
318 mais organicamente com o setor privado. E um dos principais resultados dessa agenda é uma decisão que tomamos em
319 conjunto com a ABDIB, que é abrir uma estratégia nacional de capacitação de técnicos em infra-estrutura em meio
320 ambiente. Nós temos muita gente boa para fazer estudo ambiental, levantamento, inventário, etc. e tal, mas a verdade é que
321 os engenheiros, os técnicos que fazem o projeto de infra-estrutura, estradas, usinas, projetos de saneamento, projetos de
322 habitação, têm baixíssimo domínio sobre a questão ambiental. Então, vamos começar a operar a partir de março do ano
323 que vem, provavelmente, um projeto que é um modelo MBI, gestão ambiental, voltado para técnicos da área de infra-
324 estrutura, com turmas mistas, Governo e iniciativa privada, e o Ministério Público também a gente vai abrir algumas vagas
325 para isso. Na seqüência disso desembocar em uma estratégia de discussão com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com
326 quem já estamos trabalhando, e com o MEC de incidência da questão da formação ambiental para técnicos de infra-
327 estrutura nos cursos universitários no Brasil, porque o padrão que temos de projetos e desempenho nessa área deixa muito
328 a desejar frente a um mercado que exige cada vez mais um padrão elevado de performance ambiental dos
329 empreendimentos de infra-estrutura, tanto internamente quanto para atração de parceiros internacionais nos investimentos.
330 E achamos que essas medidas, no caso do setor elétrico, não zeram o problema, porque tínhamos empreendimentos e
331 questões de altíssima relevância, conflitos já dados extremamente fortes, mas, diria que, a maior parte deles foi enfrentado
332 e avançou bastante, ou foi vencido ao longo deste ano. Os empreendimentos de grande porte que tínhamos para enfrentar
333 para discutir, para chegar a consensos, pacificar agenda, discutir com os movimentos sociais dos atingidos. A maior parte
334 foram enfrentados neste ano, ainda restam alguns para serem enfrentados ao longo do ano que vem, de maneira que a
335 gente tente reduzir ou, praticamente, zerar esse passivo dos já concedidos, seja com indeferimento de licenças, como foi o
336 caso de Tijuco Auto, seja com mecanismos intermediários de soluções, como foi o caso de Barra Grande, ou seja com
337 licenciamentos conduzidos adequadamente, corrigidos os processos, como está sendo neste momento o caso de Estreito e
338 de outros que foram objeto de complementação dos estudos. E achamos que a medida em que a EPE se estabelecer e que
339 se consolide, e já está consolidado, essa idéia do Comitê de Gestão dos Investimentos do Setor Elétrico e os novos
340 conceitos do modelo avancem, tendemos a uma resolução mais estruturante desse setor, mas vamos enfrentar. Há um
341 debate muito importante a ser enfrentado no Brasil, no próximo período, já começamos a trabalhar sobre isso, foi o caso,
342 por exemplo, do acordo que fizemos com o Ministério dos Transportes, que é a questão da regularização da infra-estrutura
343 já instalada. No caso do nosso acordo com o Ministério dos Transportes temos 57.000Km de estradas no Brasil irregulares,
344 de infra-estrutura instalada, em geral, antes da exigência de licenciamento e de estudos de impacto ambiental. E são
345 estradas, por exemplo, que não podemos autorizar a operação de tapa buraco porque elas não têm licenciamento ambiental
346 na origem. Então, vamos precisar pensar mecanismos que tratem infra-estrutura já instalada como infra-estrutura já
347 instalada e não como obra nova, para estabelecer uma agenda progressiva de regularização dessa infra-estrutura no Brasil.
348 Aí temos móvel agendas bastante significativas, bastante importantes, a área de transportes acho que é a mais relevante.
349 Eu citei aqui o caso das rodovias, mas poderíamos pegar as ferrovias, que saíram de um modelo público para um modelo
350 de operação do setor privado, completamente sucateadas, em geral eram ferrovias que circundavam as cidades e que hoje
351 estão no meio das cidades, porque as cidades cresceram a ferrovia ficou no meio da cidade. Enfim, temos problemas aqui
352 no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas, temos enfrentado problemas de acidentes decorrentes dessa situação e é
353 muito importante que o setor ambiental no Brasil se debruce sobre essa idéia de um tratamento específico para a
354 regularização da infra-estrutura já instalada no País. Eu diria que no geral não é necessário promover modificações da
355 legislação no Brasil para enfrentar a agenda que temos que enfrentar. Nós temos aqui é menos um problema de
356 debilidades, ou de exageros na legislação, estamos convencidos de que não é necessário modificar nem para um lado e
357 nem para o outro a legislação e mais a necessidade de uma presença forte de Governo e de Estado que estabeleça uma
358 agenda onde o setor ambiental tenha mais protagonismo e enfrente, objetivamente, a agenda para sair dessa situação em
359 que só nos relacionamos com todos esses temas a partir do licenciamento ambiental e a partir da crise. Não há na área de
360 infra-estrutura e na área de cadeias produtivas nenhum tema relevante hoje que o setor ambiental não se relacione. Então,
361 ou ficamos parados sem pensar modificações e a superação dos nossos modelos e assumimos um protagonismo no
362 Governo ou na sociedade, ou vamo-nos relacionar passivamente com essas questões sempre a partir da lógica do
363 licenciamento. E o licenciamento é um instrumento basilar da política ambiental brasileira, mas insuficiente. Há questões
364 extremamente relevantes para a macropolítica de meio ambiente no Brasil que não serão resolvidas pela lógica do
365 licenciamento, como foi estruturado da avaliação caso a caso e pelos instrumentos que temos, embora seja um elemento de
366 âncora, um elemento de força para a gente dialogar e conseguir força dentro dos Governos para inserir essa dimensão
367 ambiental em um aspecto mais estratégico. Obrigado. **Sr. Presidente:** De imediato, passamos a palavra para o Dr. Pauto
368 Teixeira, na seqüência vamos abrir para o debate. **Sr. Paulo do Nascimento Teixeira:** Minha saudação à Mesa, ao Dr.
369 Claudio Dilda, ao Langone, Nilvo, amigo que tenho. Escutando o Langone falar agora, gostaria de dizer uma coisa: é a
370 segunda vez que falo depois dele. Acho que é um azar muito grande, porque o dom da palavra ele tem, capacidade de
371 abordar as questões de uma maneira integral e completa também, é impressionante. De qualquer maneira, o que posso
372 dizer é que, basicamente, no que diz respeito ao setor elétrico, tudo o que o Langone falou há uma concordância muito
373 grande não só da minha parte pessoal, mas também do Ministério. A grande questão, da questão ambiental, no âmbito do
374 setor elétrico é uma questão de politização da questão ambiental, abordagem dos aspectos ambientais. Estou no setor
375 elétrico desde 1978, e durante esse período, durante esses quase 30 anos, dá para perceber exatamente que os aspectos
376 ambientais e sociais são tratados e uma forma mais valorizada, mais politizada e em outros momentos essa questão é
377 banalizada. Isso depende muito de quem está dirigindo o setor elétrico. Isso é, o grande salto que eu acho que o setor
378 elétrico deu ao tratar da questão ambiental foi na metade dos anos 80, até 93, 94, quando os dirigentes do setor elétrico

379 tinham uma consciência muito maior da questão ambiental. Hoje acho que esse tipo de conduta está sendo resgatada, não
380 só pela Ministra, não só pelos dados da realidade que impõe uma preocupação muito grande ao setor para viabilizar seus
381 empreendimentos e diversos outros fatores que vou citar daqui a pouco aqui. Outra coisa que o Langone abordou e que
382 acho necessário falar, introdutoriamente, é que não só o setor elétrico está começando a se reestruturar como também o
383 setor ambiental. Esse esforço todo de contratação de pessoas, de reestruturação dos órgãos está sendo feito
384 conjuntamente de um lado e de outro. Então, acho que é uma oportunidade neste momento da gente poder construir coisas
385 juntas e coisas comuns, mas acho que o grande desafio é uma equação a ser resolvida, que é crescer, cuidar e preservar o
386 meio ambiente. Esse é o grande conflito porque envolve dois conceitos que são quase que antagônicos, que seria o
387 desenvolvimento e a sustentabilidade. O desenvolvimento é um conceito da economia e está associado às idéias de
388 crescimento, de bem-estar, de distribuição de renda, de consumo. E acho que a sustentabilidade é um conceito da ecologia,
389 que está associado à preservação da natureza, da fauna, conservação da natureza, a qualidade do ar e qualidade da água.
390 E acho que só há uma saída para isso, é atuar em dois eixos: o eixo da negociação e o eixo da transformação. A
391 negociação é a busca do equilíbrio e dos interesses todos envolvidos nesse processo. E a transformação significa
392 transformar o modo de vida que hoje temos na terra, transformar isso significa mudanças na filosofia, mudanças na
393 ideologia, mudanças no hábitos e etc. Não sei como isso pode ser resolvido, mas, agora, caindo na realidade hoje e
394 trazendo essa questão do crescimento e da demanda para o setor elétrico temos uma questão muito grande a ser resolvida,
395 porque o setor elétrico tem determinados atributos que ao mesmo tempo que esses atributos o ajuda, ao mesmo tempo
396 dificulta e exige um esforço muito grande. Vou citar alguns: em empreendimentos do setor elétrico são empreendimentos de
397 grande porte e de grande visibilidade. Isso significa ocasionamento de impactos em quase todas as atividades humanas e
398 todas as dimensões ambientais. O longo tempo de maturação desses empreendimentos, ou seja, o seu ciclo de vida exige
399 um planejamento de longo prazo, planejamentos de médio prazo e planejamentos quase que de curso prazo. Só que esses
400 prazo no âmbito do setor elétrico são ordens de grande completamente diferentes. O planejamento de longo prazo no setor
401 elétrico significa um tempo entre 20 e 25 anos. O planejamento de médio prazo médio prazo é um planejamento decenal, e
402 esse planejamento exige atualizações praticamente anuais. Tudo isso impõe que o setor atue com uma disciplina muito
403 grande, agora, é o setor de maior visibilidade, até porque por ele ser mais organizado se mostra muito mais do que os
404 demais setores, sobretudo, setores da infra-estrutura, portanto, é muito mais cobrado. Não quero colocar isso como uma
405 posição defensiva, mas acho que são dados, a realidade mostra isso com clareza. Na área de meio ambiente, como disse
406 inicialmente, a abordagem dos aspectos ambientais varia de acordo com quem está na cabeça da estrutura, no poder
407 decisório do setor. Agora, de qualquer maneira, entre os setores setor ambiental infra-estrutura o setor elétrico teve uma
408 atuação pioneira na área de meio ambiente. As empresas do setor, na época em o setor era, predominantemente, estatal,
409 era muito dispersa, porque não é um setor monolítico. No setor elétrico tinham as empresas estatais regionais federais,
410 estaduais e os conflitos de interesse entre essas próprias empresas levavam cada uma a disputar seus espaços, embora
411 houvesse uma determinação autoritária do Governo para uma atuação mais concentrada, até porque o próprio sistema, a
412 própria fonte básica de geração de energia exigia muita disciplina na sua gestão, no seu planejamento e na sua operação.
413 Agora, grandes avanços ocorreram em um determinado período do setor elétrico, que foi, exatamente, de 1984 até 1994,
414 mais ou menos, foi nessa época que o setor tentou-se organizar, investir muito em pesquisa, investiu muito em contatos
415 com as universidades, investiu na sua estruturação e hoje as empresas do setor elétrico dispõem de unidades de meio
416 ambiente que são, relativamente, bem estruturadas. Eu diria ainda, houve uma forte atuação da universidade, de censo de
417 ensino e pesquisa e nos ajudaram muito. Tudo isso hoje está traduzido em um documento que, embora, diria que seja uma
418 carta de intenções por falta de uma regulamentação, que é o Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico de 1992,
419 aborda questões, tais como: o tratamento ecológico, o tratamento social, já se fala em inserção regional, já se fala em
420 remanejamento de populações, a questão indígena, mas tudo ficou descoberto por falta de uma legislação, diferentemente,
421 por exemplo, dos aspectos ambientais, propriamente ditos, que têm toda uma legislação. A questão social não tem uma
422 cobertura como tem, por exemplo, pegaria aqui talvez não completamente a questão indígena, mas a questão indígena é
423 tratada pela FUNAI, a questão do patrimônio histórico é tratado pelo INFAN, e a questão social do remanejamento de
424 população? Quem dá essa cobertura? Qua é o arcabouço legal que permite adoção de procedimentos regulamentares que
425 facilitem todas as dificuldades hoje que se enfrenta com atendimento às necessidades, não só das populações atingidas,
426 mas as populações regionais? Não há nada determinado. Agora, nas palavras do Langone também, ele mencionou a
427 questão dos problemas, dos impactos sociais em uma região onde se constrói o empreendimento. No Plano Diretor que
428 mencionei, o Plano Diretor do Setor Elétrico de 1992, existe uma tabela, um diagrama que tenta mostrar até onde vai a
429 responsabilidade do empreendedor e a partir de quando começa a responsabilidade do Estado. Afinal, o empreendedor é
430 um concessionário do Estado, e como tal tem que assumir os seus compromissos até um determinado ponto, depois o
431 Estado tem que entrar, ou em conjunto o Estado tem que entrar para prover determinadas necessidades que não cabem
432 exatamente ao empresário. Talvez não seja oportuno discutir essa questão agora, acho que não é o momento, mas acho
433 importante se pensar nessa questão da distribuição das responsabilidades, no caso de remanejamento de população, no
434 caso de reestruturação do espaço regional a partir da implantação de um empreendimento hidrelétrico. Esse é um breve
435 histórico a respeito do que se fez, do que se tentou fazer no setor elétrico e que foi, diria que foi tudo perdido quando o
436 Governo anterior propôs o seu programa de desestatização, que detonou com o setor elétrico. Esse detonamento foi
437 manifestado, basicamente, pela crise, pela ausência de planejamento, que foi um dos fatores mais graves que levou a essa
438 crise de energia. O novo modelo é cheio de novidades, mas tem uma pequena novidade, que é a novidade ambiental,
439 aparentemente pequena, que é a obrigação de qualquer empreendimento de ser licitado com a licença prévia, sem a licença
440 prévia esse processo não avança. Então, a inclusão da LP como condição para a licitação de empreendimentos, a atuação
441 do Ministério Público, que é muito rigorosa, mas é construtiva na maior parte dos casos, a própria consciência do setor

442 elétrico de que é necessário oferecer algo mais que apenas estudos muitas vezes malfeitos, e o setor elétrico reconhece
443 isso, acho que a qualidade dos estudos ambientais têm que melhorar muito. Tudo isso nos leva a um desafio, e esse
444 desafio tem que ser partilhado e compartilhado com as outras áreas do Governo. Então, isso está no âmbito das políticas
445 públicas. E um dos principais meios que tentamos levar para nos encaminhar, para chegar ao equacionamento desse
446 desafio foi a agenda ambiental do setor elétrico junto com o Ministério de Meio Ambiente, que, inicialmente, diria que era
447 muito ambiciosa. Essa ambição a realidade levou a uma redução dessa ambição quando foi criado, então, o Comitê de
448 Gestão Integrada de Empreendimento do Setor Elétrico, com a participação da Casa Civil, do Ministério do Meio Ambiente e
449 do Ministério de Minas e Energia, buscando nesse primeiro momento, inicialmente, o equacionamento do licenciamento
450 ambiental de empreendimentos herdados do Governo passado, que já tinham sido licitados sem um tratamento ambiental
451 suficientemente adequado para habitá-lo a receber a sua declaração de viabilidade ambiental, que é a licença prévia. Então,
452 temos hoje um estoque de 45 empreendimentos nessa situação e estamos, em conjunto, tentando avançar para verificar a
453 possibilidade de buscar que as licenças ambientais, as licenças prévias, permitam que a gente corra atrás de um
454 cronograma que já está estabelecido dentro do projeto de engenharia. Cronograma esse que vai possibilitar que a gente
455 chega a 2007, 2008 sem uma falta de energia, de acordo com o programado, e temos um conjunto de novos
456 empreendimentos que estamos chamando de fluxos, que são os 17 empreendimentos que deverão ser licitados em torno
457 de abril, maio deste ano, para os quais esses empreendimentos já estão sendo submetidos às regras do novo modelo
458 setorial e que deverão ter suas licenças prévias para serem licitados. Existem dificuldades, reconhecemos, não podemos ter
459 rigidez nem de um lado e nem de outro, ou seja, nem do lado do meio ambiente, nem do lado do setor elétrico, temos que
460 ter um esforço de colaboração e esse esforço, gradualmente, vem apresentando alguns resultados satisfatórios. Nesse
461 sentido o Langone mencionou a Empresa de Pesquisa Energética como uma expectativa para que a gente possa enfrentar
462 esses desafios e melhorar a qualidade dos estudos ambientais. E dentro dela uma das prioridades que estamos já definido
463 no CGISE, que é o Comitê de Gestão Integrada, de incremento do setor elétrico, é a elaboração dos estudos ambientais
464 integrados de empreendimentos de uma mesma bacia. Não é avaliação ambiental estratégica, isso acho que tem que ficar
465 muito claro, é um estudo específico setorial com algumas abordagens extrasetoriais que vão contribuir para uma melhor
466 contribuição dos conjuntos de empreendimentos na região. Então, estão selecionadas 07 bacias com o objeto dessa
467 avaliação ambiental integrada. A partir de fevereiro, possivelmente, espero, a EPE vai poder começar a fazer a licitação
468 para iniciar esses estudos. E uma das coisas que estamos tentando negociar é que esses estudos não interrompam os
469 processos de licenciamento, que os resultados desses estudos, suas diretrizes, sejam incorporadas, gradativamente, pelo
470 menos nesse período de transição, como condicionantes à licença prévia, à licença de instalação, até que o ritmo dos
471 estudos, a qualidade dos trabalhos permita já incorporar no processo de estudo, sobretudo, nos estudos de inventário, essa
472 avaliação ambiental integrada, que seria muito grande na metodologia dos estudos de inventário. Outro desafio muito
473 grande que vamos ter pela frente é que foi concluído em maio, por um grupo de trabalho interministerial dos atingidos por
474 barragem, um relatório do qual como representante do Meio Ambiente estava o Luiz Felipe e do Ministério de Minas e
475 Energia estava eu, que é uma proposta não só de procedimentos muito mais claros e explícitos a respeito de como tratar a
476 população atingida, população atingida diretamente e indiretamente. E o resultado desses estudos, com suas propostas, foi
477 encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento Social, o Conselho de Desenvolvimento Social aprovou, agora, o que
478 precisa é da regulamentação disso por meio de algumas abordagens jurídicos legais, outras abordagens normativas e
479 definição de responsabilidades, entre, por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Social, o IBAMA, que, provavelmente,
480 assumirá a responsabilidade e as atribuições pelo licenciamento, incluindo no licenciamento de uma forma muito mais clara,
481 é a expectativa, da abordagem social, especificamente do remanejamento de populações. As responsabilidades da ANEEL,
482 que sempre foi omissa no trato das questões ambientais e sociais. A ANEEL nunca assumiu a responsabilidade ou a co-
483 responsabilidade pelo tratamento dessas questões durante esse período em que havia um vazio no planejamento do setor
484 elétrico, foi o período de 97 até agora, ano passado. Então, hoje estamos fazendo a proposta que deve ficar muito clara e
485 deve ser incorporada pela ANEEL, que é o seguinte: o planejamento do setor elétrico vai em relação assumido em parte
486 pela EPE, em parte pelo Ministério de Minas e Energia. A regulamentação e a fiscalização dos programas e projetos tem
487 que ser assumido pela ANEEL, e nesse âmbito a questão da implantação dos programas sociais e ambientais será
488 responsabilidade da ANEEL, também em conjunto e colaborativamente com o órgãos de licenciamento ambiental, que acho
489 que não tem fôlego para acompanhar todos os empreendimentos porque a demanda é enorme e os recursos são escassos,
490 humanos, técnicos, financeiros, etc. E a EPE vai ter que, como o braço do planejamento do setor, trabalhar de uma forma
491 muito colaborativa para a regulamentação e a explicitação de todas as propostas que temos apresentado nesse grupo de
492 trabalho interministerial. Agora, especificamente, com relação ao rio Uruguai, primeiro, como vocês puderam perceber com
493 a fala do Langone, não existe uma política energética para o rio Uruguai, existe uma política energética para o País. No
494 âmbito do rio Uruguai como é a situação? Em 1981, 1982, foram concluídos os estudos de inventário, nessa época se
495 estimava para o trecho nacional do rio Uruguai 22 usinas, 22 aproveitamentos. O fato do inventário ter identificado como
496 conjunto das melhores alternativas de queda os 22 empreendimentos, isso não significa que haveriam de ser construídos.
497 Por quê? Porque na seqüência cada um desses aproveitamentos seria objeto dos estudos de viabilidade, que aí sim nos
498 estudos de viabilidade técnico, econômico e socioambiental. Esses estudos foram feitos em uma época em que a questão
499 ambiental ainda era incipiente a legislação ambiental, especificamente, para o setor elétrico, ainda estava em elaboração.
500 Desses empreendimentos, desse conjunto de 22 empreendimentos, o que a gente tem hoje? Temos em operação Itá,
501 Machadinho, Passo Fundo e Quebra Queixo, em um total de 2.936MW. Dos empreendimentos concedidos, ou seja, aqueles
502 empreendimentos que já têm concessionários, responsabilidades de concessionários e que estão em construção, nós
503 temos: Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho, Paiquere e Foz do Chapecó; refazendo um total de 2.784MW. E a licitar,
504 previsto no programa de licitação no próximo programa, temos: Passo de São João, São José, Garibaldi, São Roque, Itá,

505 Itapiranga, mas Itapiranga não será para agora, é um prazo mais longo, mas estimamos em 1.216MW. Isso perfaz um total
506 entre operação e implantação programados 6.936MW. Eu diria que dos que estão concedidos temos dificuldades evidentes,
507 embora tenhamos consciência de que muitos erros foram cometidos, muitos acertos também foram cometidos, e temos que
508 tentar viabilizar esses empreendimentos. Por meio de quê? De uma estratégia de negociação que envolve uma participação
509 da sociedade em seus diversos segmentos, que até, então, nunca existiu, e não digo que tenha sido por autoritarismo, foi
510 pela falta de prática do relacionamento com a sociedade. Teoricamente, temos muita coisa pronta e feita a respeito desse
511 assunto, da participação, mas na prática temos muito pouco, quando digo que temos é o setor elétrico. E estamos
512 aprendendo e aprendendo juntos, porque a experiência, por exemplo, do Estado do Rio Grande do Sul nesse ponto, nesse
513 item, é uma experiência muito importante. Então, o que temos pela frente agora é enfrentar esses desafios e não ter, como
514 tínhamos até alguns anos, a certeza de tudo o que está sendo planejado será materializado. Temos que ter a humildade de
515 reconhecer isso, mas temos também que verificar que se o setor elétrico não conseguir prover a demanda de energia
516 vamos ter que mudar nossos hábitos, nossos consumos e tudo que hoje significa um certo conforto para nós. Isso significa
517 atuar muito mais no eixo das transformações, transformações filosóficas, ideológicas, de conforto, que acho que é um
518 processo que vai ocorrer, inevitavelmente, mas em um longo prazo. Depois que ocorrerem determinadas tragédias e
519 catástrofes que vão-nos alertar muito mais do que as ameaças que a gente, simplesmente, anuncia ou prenuncia agora.
520 Não tenho nada mais específico a falar a respeito da bacia do rio Uruguai, a não ser o que já o Langone falou, talvez até
521 com muito mais propriedade do que eu, mas fico à disposição para prestar qualquer esclarecimento que for necessário. E,
522 finalmente, gostaria de dizer que preparamos um documento interno, que foi divulgado em uma reunião promovida pelo
523 Ministério Público, em Brasília, se não me engano em setembro, com os procuradores de todo o País. Os dados são
524 desatualizados, porque o CGISE, que é esse Comitê, nas gestões que tem realizado, de setembro até agora, evoluiu muito
525 e conseguiu avançar na evolução do processo de licenciamento de vários desses empreendimentos, embora esses dados
526 não sejam atuais, mas pelo menos aqui vocês vão encontrar um relato e um conjunto de intenções que o setor elétrico
527 gostaria de explicitar e divulgar. Agradeço a atenção de vocês. Obrigado. **Sr. Presidente:** Ao Dr. Paulo Teixeira, então, da
528 mesma forma o nosso agradecimento. E acreditamos termos o cenário sobre o qual de imediato vamos passar a fase do
529 debate. Antes de entrarmos nessa fase, por solicitação, então, gostaria que o Moisés da Luz, que solicitou um espaço para
530 fazer entrega de documentação ao Ministério do Meio Ambiente e a este Conselho em relação ao tema e, objetivamente,
531 Barra Grande. Por gentileza. **Sr. Moisés da Luz:** Boa-tarde. Sou estudante de Biologia, da Universidade Federal do Rio
532 Grande do Sul. Estou aqui como mensageiro do Prof. Paulo Brack e do Diretor do Instituto de Biociências para entregar
533 alguns documentos que eles escreveram em nome de todo o Instituto e de todo curso de Biologia da UFRGS. Então, quero
534 entregar aos representantes deste Conselho, ao representante do Ministério de Meio Ambiente. Obrigado. **Sr. Presidente:**
535 Isso será pensado à Ata desta reunião. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Poderia ler. **Sr. Presidente:** Vamos providenciar cópias
536 para a distribuição aos Srs. Conselheiros. **Sr. Moisés da Luz:** Só avisar que é um documento sobre Barra Grande, onde os
537 professores e o Diretor do Instituto estão-se manifestando contra esse crime ambiental e contra o Termo de Compromisso.
538 Esperamos que se tornem realidade as palavras do Secretário de Meio Ambiente, Claudio Langone. Muito obrigado. **Sr.**
539 **Presidente:** Na seqüência abrimos as inscrições para o debate sobre o assunto Propaganda Energético da Bacia
540 Hidrográfica do rio Uruguai. **Sra. Sílvia Cappelli:** Boa-tarde. Vou fazer duas intervenções, um questionamento e uma
541 sugestão. O questionamento é endereçado ao Ministério das Minas e Energia, é que não consegui anotar o nome dos
542 empreendimentos, apenas rapidamente, aqueles que já estão operando, os que estão em construção consegui anotar:
543 Barra Grande, Monjolinho e Paiquere; faltou uma hidrelétrica. E os programados: São João, São José, Garibaldi, Itapiranga;
544 faltou um também. Gostaria de indagar sobre a capacidade de geração de energia desses que estão em construção e a
545 área alagável de cada um deles, comparativamente, aos programados. Essa pergunta tem a finalidade de informar ao
546 Conselho sobre o nível de degradação ambiental nos próximos passos, a capacidade e o nível de alagamento, para que
547 possamos identificar os resultados efetivos do plano de avaliação da bacia, de forma integrada, com relação aos
548 investimentos projetados. Então, essa seria a primeira indagação e na seqüência vou aproveitar, para não tomar muito
549 tempo dos Conselheiros, uma sugestão com relação ao Termo de Compromisso Ambiental, o Termo de Compromisso de
550 Ajustamento de Barra Grande. Ontem houve uma audiência perante a Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª
551 Região, vários aqui presentes lá estiveram. E dessa experiência gostaria de fazer uma sugestão ao Ministério do Meio
552 Ambiente: assim como a Resolução CONAMA n.º 237 prevê que nos casos de licenciamento de competência do IBAMA
553 devem ser ouvidos os órgãos estaduais de meio ambiente e municipais, naquilo que lhe couber, gostaria de sugerir ao
554 Ministério do Meio Ambiente que quando celebrar compromissos de ajustamento com o Ministério Público Federal, que
555 ouça também o Ministério Público Estadual na área de influência do projeto. Não vou entrar aqui, fazer publicamente críticas
556 ao compromisso de ajustamento, mas se caracterizou hoje, até de desconhecimento do Centro de Apoio, a existência de
557 um inquérito civil no Município de Vacaria. Poderá até haver outros inquéritos civis de outros promotores de justiça com
558 necessidade de medidas compensatórias, que eram de desconhecimento, acredito, do Ministério do Meio Ambiente, do
559 Ministério Público Federal e que se houvesse sido tomada essa providência essa situação teria sido debelada em um
560 momento oportuno. Também, na mesma esfera, uma sugestão de que haja uma visualização, no sentido de uma
561 equiparação das medidas compensatórias. Quando houver um empreendimento que afete dos Estados da Federação que
562 haja uma isonomia com relação às medidas compensatórias para ambos os Estados, o que não ocorreu explicitamente no
563 compromisso de ajustamento firmado com relação à Barra Grande. **Sr. Paulo do Nascimento Teixeira:** Dra. Sílvia, não
564 disponho do dado área alagada para todos os empreendimentos. Então, comprometo-me, lá pelo dia 03 ou 04-01, enviar
565 para a senhora, por e-mail, esses dados completos, porque tenho de alguns e não tenho de outros aqui. **Sr. Nilvo Luiz**
566 **Alves da Silva:** Os dados das hidrelétricas que temos aqui no Uruguai, algumas delas o Paulo já mencionou, outras não
567 foram mencionadas, mas há hidrelétricas que jamais chegaram ao conhecimento do IBAMA, acompanhamos mais pela

568 imprensa do que por pedidos objetivos de licenciamento. Algumas informações foram retiradas da própria ANEEL, não há
569 documentação do IBAMA sobre essas hidrelétricas. A de Garruchos, que é Binacional Garabi, são 800km²; Itapiranga, que é
570 uma hidrelétrica de um inventário ajuzante de Foz de Chapecó, não há pedido de licenciamento também, mas está no
571 inventário do rio Uruguai, são 55km², Foz do Chapecó 80km², Itá 103km², Machadinho 79km², Barra Grande 94km²,
572 Paiquere 62km². E há uma série de PCHs que foram planejadas para o rio Pelotas acima, a montante de Paiquere, três
573 dessas hidrelétricas já foram solicitadas licenças. Ano passado o IBAMA arquivou esse pedido de licenciamento por decurso
574 de prazo, e as outras que temos conhecimento, que foram identificadas no inventário de Pelotas jamais chegaram ao
575 IBAMA com pedido de licenciamento. Nós sabemos da existência desses estudos, mas jamais foram solicitados esses
576 licenciamentos ambientais. As três que foram solicitadas foram 03 PCHs: Guatambú, santo Inácio e São Joaquim, todos
577 entre os municípios de São Joaquim e Bom Jesus, a primeira de 30MW, a segunda de 25MW, 26MW, com lagos entre 3 e
578 6,5km², mas essas foram já arquivadas. Então, na verdade, hoje, no rio Pelotas o único licenciamento em tramitação é a de
579 Paiquere. **Sr. Paulo do Nascimento Teixeira:** É preciso esclarecer o seguinte: os estudos de um inventários escolhem ou
580 selecionam a melhor alternativa de aproveitamento energético de uma bacia. Essa alternativa, no caso do rio Uruguai, foi
581 composta por 22 empreendimentos, excluindo as PCHs, que não entram o plano decenal de expansão. É esse plano
582 decenal de expansão que elege os empreendimentos considerados do ponto de vista técnico mais viáveis, e agora a partir
583 de agora do ponto de vista ambiental também. Os empreendimentos de menor porte, que são as PCHs são
584 empreendimentos que são apenas autorizados pela ANEEL, não entram em um processo de licitação, por isso que são
585 desconsiderados no plano decenal de expansão, que é o nosso objeto de preocupação. **Sr. Claudio Langone:** Acho que a
586 sugestão da Sílvia é boa, mas vamos ter que ve rum modelo, um mecanismo mais eficaz para avaliar essa lógica da bacia,
587 porque quando o IBAMA licencia tem que ouvir os Estados, mas quando os Estados licenciam não têm nem que dar ciência
588 ao IBAMA. Então, a medida em que a gente vá fazendo uma abordagem de bacia vamos ter que, aí envolve a relação com
589 os órgãos gestores e com os Ministérios Públicos em consequência disso. Vamos ter que ver algum mecanismo para ter um
590 olhar geral sobre o negócio. Agora mesmo, por exemplo, Santa Catarina, estamos avaliando um empreendimento que é
591 licenciamento estadual e chegou para nós um estudo da universidade dizendo que há uma espécie endêmica lá que vai ser
592 inviabilizada a partir desse empreendimento, mas as licenças já estavam emitidas, inclusive. Então, mandamos uma
593 recomendação para o órgão ambiental, mas o mecanismo ainda não é o adequado. Acho que para a gente fazer isso
594 vamos ter que fazer o desdobramento daquela agenda que tivemos com os Ministérios Públicos em conjunto nas estaduais
595 e federal, porque um dos temas mais fortes nesse caso do setor elétrico é o envolvimento dos Ministérios Públicos e nós
596 temos aqui algum potencial de conflito entre os estaduais e o federal. Temos abordado isso muito claramente, porque há
597 uma tendência forte de uma parte da judicialização, são processos do MBF tentando transferir tudo para o IBAMA. Nós
598 discordamos dessa lógica, achamos que isso é complicado, principalmente quando está no fim do processo. Então, tem que
599 acertar isso melhor. Agora, a agenda que abrimos com o Ministério Público Federal já nos garante o seguinte: a 4^a Câmara
600 adotou uma medida que antes de entrar com a ação civil de questionamento e competência o MBF sempre conversa com o
601 Ministério do Meio Ambiente. Aí vemos o envolvimento do Governo Estadual junto, enfim, para tentar evitar, quer dizer, você
602 pode judicializar por questões de mérito, mas tentar minimizar o nível de conflito por questões de competência. No caso do
603 setor elétrico temos que diminuir as espertezas, porque nós herdamos alguns passivos, tipo: Bellomonte, por exemplo, que
604 na época o empreendedor entrou com um pedido de licenciamento no Estado e era evidente que não era licença do Estado;
605 ou Corumbá. Quer dizer, depois você tem um problema de grande proporção, um conflito de competência em função de
606 uma esperteza que não dura uma semana, porque a competência é tão evidente em federal que o melhor é fazer um
607 acordo do que fazer, inclusive, alguns acompanhamentos conjuntos. Agora, a questão de Barra Grande tem uma
608 peculiaridade, Sílvia, porque dificilmente você faz Termo de Ajustamento antes da concessão da SV ou das licenças. Então,
609 aqui teve toda uma peculiaridade, que foi a situação particular desse empreendimento, porque o pessoal da sociedade civil
610 que está aqui, em geral, participou da reunião com o Nilvo, recentemente, mas nesse caso trata-se de um empreendimento
611 que teve um estudo que aponta uma informação que fomos verificar que não batia com o inventário florestal já na fase de
612 autorização de supressão de vegetação, com a licença prévia e a licença de instalação concedida e obra construída. Se
613 tivéssemos antes da fase de licença prévia, certamente, nesse formato o empreendimento não seria aprovado. Agora, há
614 falhas de todos os lados, inclusive, do IBAMA. Então, o primeiro movimento que a gente fez quando tomamos ciência do
615 problema foi notificar a 4^a Câmara, o Ministério Público Federal sobre os problemas, um: com omissão dos fatos no estudo;
616 dois: o fato de o IBAMA na época ter concedido a licença sem fazer checagem em campo, o que nos levou a abrir uma
617 sindicância interne para apurar responsabilidades no âmbito do IBAMA e comunicar o Ministério Público Federal para as
618 providências que entendesse cabíveis. Vamos fazer justiça aqui à FEPAM, tanto na gestão 94 a 98, quanto na gestão em
619 que estivemos aqui. Das poucas manifestações de que se deveria olhar com mais cuidado, fase a relevância da cobertura
620 vegetal na região, questão de Barra Grande, temos dois ou três ofícios, dirigidos pela FEPAM ao IBAMA, pedindo para olhar
621 melhor essa questão, um deles assinado pelo Nilvo, que depois foi reencontrar o processo lá, e outro assinado pelo
622 Presser, ambos de autoria da mesma equipe técnica da FEPAM. Então, o caso de Barra Grande tem uma peculiaridade,
623 porque em geral a gente assina Termos de Ajustamento na fase posterior, tanto para ajustar as vias de conflito de
624 competências, às vezes, problemas de mérito. Acho que a sugestão é boa, e a medida que a gente avançar nessa agenda
625 com o Ministério Público, de infra-estrutura em geral, acho que podemos adotar procedimentos mais ou menos
626 padronizados em relação a isso para todos os empreendimentos, porque você diminui a incerteza. Muitas vezes o fato de o
627 assunto não ser comunicado a uma instituição relevante no processo, acaba depois trazendo a necessidade de
628 reprocessamento que poderia ter sido evitada se houvesse diálogo entre as partes. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Tenho
629 algumas questões: o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente levantou, elencou diversos instrumentos que
630 deverão ser seguidos, procedimentos para os novos procedimentos de licenciamento ambiental. Então, um deles é avaliar a

30

31

631 bacia na sua totalidade, não começar os processos de licenciamento sem todos os documentos apresentados, fazer um
632 trabalho conjunto entre o Ministério de Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia. E gostaria de saber quais são as
633 garantias que vão ser cumpridas, esses instrumentos que o senhor levantou? Sei que a sua palavra vale muito, mas
634 gostaria de saber de vai haver alguns instrumento legal para que a gente possa cobrar que, de fato, esses instrumentos
635 passem a valer. Depois tenho algumas questões aqui, então, ao Coordenador de Licenciamento Ambiental do IBAMA.
636 Primeiro: qual o encaminhamento que vai ser dado pelo IBAMA ao grupo da BAESA, que é formado pelos grandes
637 empreendedores, como o Grupo Votorantin, a Correa Camargo, a Bradesco, a Alcoa, entre outros, em função dessa
638 empresa que entrou com um processo de licenciamento, via ENGEVIX, fez um Eia-Rima fraudulento? Gostaria de saber
639 qual o encaminhamento que o Poder Público vai dar a esse grupo? Segunda questão: como que o IBAMA assina um Termo
640 de Compromisso junto com outros órgãos governamentais autorizando o desmatamento e a implementação do
641 empreendimento que já tinha evidências de fraude, na época que foi assinado, em setembro de 2004? Principalmente, essa
642 evidência de fraude foi constatada, justamente um doa maiores interessados não fizeram parte desse Termo de
643 Compromisso, que foram os atingidos por barragem. Outra questão é como, então, o IBAMA está tratando os atingidos por
644 barragens, uma vez que agora em dezembro, o Procurador da República, das Arenas, Jorge Wolf, fez uma visita in loco à
645 Barra Grande, onde vai ser implementada a usina, e verificou que vários atingidos por barragens sequer foram contatados
646 pela Empresa BAESA? A obra já está pronta, como todos nós sabemos. Outras questões que gostaria de saber seria mais
647 por parte da própria FEPAM, ao nosso Presidente do CONSEMA, que seriam questões que nos chamam a atenção. Foram
648 feitas diversas atividades em relação à questão do setor energético do Rio Grande do Sul, como um seminário que foi feito
649 em novembro, com o título Setor Energético e Qualidade Ambiental, na qual os Conselheiros sequer ficaram sabendo, não
650 foram convidados. A Secretaria de Meio Ambiente fez uma publicação chamada Avaliação dos Impactos Ambientais na
651 Bacia do Uruguai, os Conselheiros não foram convidados para o lançamento dessa edição e nem sequer receberam esse
652 mesmo documento. A Secretaria do Meio Ambiente, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Santa
653 Catarina, fez um atlas da bacia do rio Uruguai, onde a principal proposta é fazer um corredor ecológico da bacia do Uruguai,
654 também, a SEMA e o CONSEMA não tomaram conhecimento, a não ser por jornais dessa publicação. E algumas
655 solicitações: que a Secretaria de Estado de Minas, Energia e Comunicação apresente para este CONSEMA a matriz
656 energética do Estado do Rio Grande do Sul, que só a partir dessa apresentação vamos pode analisar a necessidade real
657 energética do Estado. Propor que o CONSEMA encaminhe ao CONAMA uma auditoria ambiental em todas a barragens que
658 forem licenciadas a partir da Empresa ENGEVIX, BAESA e desse Grupo BAESA, que no nosso entender esses
659 licenciamentos estão todos sob suspeita em função dessa fraude que foi cometida em Barra Grande. Por último, propor que
660 o CONSEMA faça uma Câmara Técnica Permanente de Energia. **Sr. Claudio Langone:** Eu falei alguns dos instrumentos,
661 Edi. Na verdade, estamos adotando em termos de IBAMA um conjunto de procedimentos. Primeiro problema: tem que
662 resolver a questão da transparência, criar um sistema de informações, viabilizar que as informações cheguem aos atores,
663 dar publicidade aos processos. Temos feito uma série de processos nesse sentido. Segundo: temos que estabelecer
664 manuais, guias de licenciamento que padronizem os procedimentos de licenciamento. A situação que encontramos no
665 IBAMA era precária em relação a isso, tem que mudar bastante, porque existem fragilidades tanto em termos de resposta
666 técnica quanto em termos mesmo de concentração de poder em algumas áreas, que fazem com que se tome decisões
667 erradas como essa que referi aqui de Itá. Lembro que na época que tentamos evitar que isso fosse feito sequer
668 conseguíamos a informação de como estava a tramitação. Só soubemos da autorização do enchimento pelo jornal. E essas
669 coisas já estão sendo implementadas. Indeferimento de empreendimentos, no caso de Tijuco Auto, devolução de Termos de
670 Referência em desacordo com o que foi tratado com o empreendedor, que são negociados com o empreendedor. São
671 vários casos que o Nilvo pode detalhar aqui. modificações dos padrões de procedimento e a montagem de um sistema que
672 permite o acompanhamento não só do empreendedor, mas de qualquer cidadão em relação ao empreendimento. Outro
673 padrão de condução das audiências públicas. Um padrão diferenciado de diálogo com os atingidos. Essas coisas estão
674 todas sendo praticadas. Agora, o Nilvo vai tocar na questão de Barra Grande, mas só queria registrar duas coisas muito
675 importantes, primeiro: houve falha da empresa que contratou o estudo, houve falha da empresa que recebeu o estudo e
676 continuou trabalhando com o estudo que omitia uma informação importante e houve falha do IBAMA à época que foi
677 apurada, porque o IBAMA autorizou a construção, emitiu duas licenças. Houve realização de audiências públicas, não há
678 registro nas audiências públicas e no processo que esteve disponível sobre o problema. Uma coisa é você ter um inventário
679 que aponte que aquela área era degradada, no papel, e um inventário que diga que aquela é uma área de floresta, outra
680 coisa é nenhum ator social relevante na região, na época em que deveria ter sido feito isso, apontar isso dentro do
681 processo. Pode até ter apontado fora do processo, mas no processo o apontamento mais consistente em relação a isso é o
682 apontamento da FEPAM, que diz, genericamente, o seguinte: tem que olhar melhor, porque isso é um corredor ecológico
683 extremamente importante. Nós temos uma questão a ser enfrentada, que eu queria alertar vocês, primeiro: não dá para
684 situar empresas e atingidos em uma lógica de bem ou mau, tem problema de empresa e tem problema de atingido. Essas
685 negociações têm que ser acompanhadas pelo Estado para dar transparência a isso, terem início, meio e fim, o processo
686 como está hoje elas não têm início, meio e fim, faz-se a negociação, fecha-se e, às vezes, reabre, surge um novo grupo, o
687 dinheiro combinado não chega na ponta. E há um problema relevante, que gostaríamos de não ter, que é o seguinte: nem
688 sempre o MAB é o único interlocutor constituído pelos atingidos. Nós temos casos, vários, de empreendimentos que
689 estamos negociando com três ou quatro grupos distintos, e que esses grupos não se sentem representados pelo MAB. Não
690 dá para fazer a negociação só com MAB, porque se você fizer a negociação só com o MAB não resolve o conjunto do
691 problema, considera que fez a negociação com o MAB e fechou a negociação, e tem um grupo significativo de famílias que
692 não se sentem representados pelo movimento e que cria um empasse. Não é uma ou outra situação, temos também
693 problemas do ponto de vista do Movimento dos Atingidos, a forma de organização, que precisam, também, ser enfrentados

694 para a gente poder dialogar com todos os setores. Isso torna muito mais complexa a situação, porque ao invés de
695 estabelecer uma única mesa, às vezes, tem que estabelecer três mesas de negociação, porque em alguns casos os
696 atingidos não se sentem representados pelo MAB e não topam sentar à mesa junto com o MAB, querem uma outra mesa,
697 paralela à mesa que se está estabelecendo com o MAB. Acho que esse conjunto de procedimentos que o Governo apontou
698 no grupo de trabalho pode minimizar bastante isso, em função de que a gente conseguiu estabelecer uma boa agenda com
699 os atingidos, conseguiu estabelecer uma espécie de limpeza da agenda, que agenda social o Governo tem que atender, o
700 que é agenda da empresa, porque, às vezes, os atingidos requerem das empresas uma agenda que se poderia ou deveria
701 ser atendida pelo Governo. Um exemplo claro, os atingidos por barragens foram incluídos como grupo prioritário no Luz
702 para Todos, porque, enfim, por uma série de elementos tínhamos problemas nos reassentamentos de atingidos, problema
703 de suplemento energético. Então, essa é uma questão que foi resolvida na agenda macro do MAB com o Governo. Outras
704 questão têm que ser, objetivamente, questões de indenização. As incertezas e as flutuações que acabam alterando os
705 planos de investimento têm muita incidência sobre isso, porque vocês sabem que o anúncio da intenção de construir um
706 empreendimento já gera um conjunto de movimentações muito grandes na área e, às vezes, entre o anúncio e o início da
707 construção você leva 10 anos e a situação se altera. Então, negociações que foram feitas com determinado padrão, em um
708 determinado momento, podem ter que se refeitas, porque cresceu a população, porque agregou mais gente, houve
709 mudança do perfil social, colocaram questões novas, enfim. E aí acho que o Nilvo poderia detalhar um pouco mais essa
710 questão da relação, sobretudo, na questão de Barra Grande, porque temos duas questões que são bastante separadas,
711 digamos: o centro de Barra Grande é o problema do impacto ambiental e de que na origem não poderia ter sido autorizada
712 a concessão para resultar no enchimento de um reservatório nessa área pela relevância da vegetação. Outra é a questão
713 social, que quando surgiu o problema do desmatamento, aparentemente, tinha fechado, reabriu, combinou um pouco o
714 problema do desmatamento e no caso específico de Barra Grande reabriu com o MAB colocando também a reabertura de
715 outras agendas de que são passivos, como Itá e Machadinho. Na pauta de reivindicações que recebemos do MAB, sobre
716 Barra Grande, o MAB propõe tratar o problema dos atingidos de outras usinas que já estavam consideradas resolvidas a
717 partir da lógica de Barra Grande, porque, aparentemente, tinham ficado coisas não resolvidas, cicatrizes, algumas reais e
718 importantes que o Movimento gostaria de reabrir. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Desculpe-me, mas esqueci de fazer esta
719 pergunta, considero-a importante: gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de um documento elaborado pela
720 FEPAM sobre a avaliação do Eia-Rima da Usina Termelétrica de Barra Grande, que foi elaborado no dia 22-11-99, no qual
721 a FEPAM denuncia que o IBAMA não aguarda os pareceres dos órgãos estaduais para conceder os seus licenciamentos?
722 Gostaria de saber se isso tem acontecido ainda ou se foi um caso isolado? **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Edi, primeiro,
723 quero agradecer a pergunta. Sei que tu já ouviste várias dessas respostas no CONAMA, no Conselho Nacional de Meio
724 Ambiente, mas isso me dá a oportunidade, também, de apresentar esses esclarecimentos aqui, aos Conselheiros do
725 Estado. A primeira coisa importante destacar, e já conversamos isso aqui no Estado, com o Prof. Brack também, é que o
726 TAC não autorizou a obra de Barra Grande. E vou apresentar um histórico muito rápido disso. Esse documento está à
727 disposição no site do CONAMA, nós apresentamos como informativo ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Vou dar
728 apenas um rápido histórico esse licenciamento, que iniciou em 21-01-98, um pedido de licença prévia feito pela ENGEVIX
729 ao IBAMA, sobre essa hidrelétrica de Barra Grande. Como já foi dito, a FEPAM encaminhou vários documentos ao IBAMA
730 alertando sobre a importância dessa área e para que isso constasse nos estudos de impacto ambiental. O Eia-Rima foi
731 apresentado ao IBAMA em 13-08-98, em 21-12-98 o IBAMA publicou o edital e disponibilizou, então, o Rima. E seis meses
732 após a disponibilização do Rima, em 10 e 11-06-99 foram feitas audiências públicas em Anita Garibaldi e em Vacaria. Em
733 09-09-99 o IBAMA emitiu um parecer técnico que subsidiou a concessão da licença prévia, que ocorreu em 15-12-99.
734 Então, o IBAMA aprovou a viabilidade dessa hidrelétrica, a viabilidade ambiental dessa hidrelétrica. Em 15-12-99 a Licença
735 foi a de n.º 059, em nome da Empresa ENGEVIX. É importante destacar aqui que essa licença prévia foi concedida à
736 ENGEVIX, que não era detentora da concessão, a concessão da ANEEL, em verdade, só ocorreu um ano depois, em
737 novembro de 2000. Então, Barra Grande é peculiar, inclusive, por esse aspecto, é uma das poucas hidrelétricas que teve
738 licença prévia antes da concessão no velho modelo. Evidentemente, licenciamento antes ou depois da concessão tem que
739 ser bem feito, mas essa peculiaridade ocorreu com Barra Grande. A empresa vencedora da concessão não foi a empresa
740 detentora da licença prévia, foi a GAB, que ais tarde veio a se transformar em BAESA, que é a empresa hoje detentora da
741 concessão. Em 27-06-2001 o IBAMA autorizou o início das obras, e logo, duas semanas após, em 13-07-2001, o IBAMA
742 concedeu a primeira autorização de supressão de vegetação para cerca de 300 hectares, naquela área, a partir de 13-07-
743 2001. Então, a partir da licença de instalação as obras foram iniciadas e várias reuniões ocorreram envolvendo os
744 Ministérios Públicos, envolvendo, inclusive, os órgãos estaduais, sempre focados na questão social. O grande conflito de
745 Barra Grande, sempre tratado em várias reuniões com os Ministérios Públicos, sempre esteve focado nas questões sociais
746 e nunca houve um grande debate no caso de Barra Grande, pelo menos documentado dentro do processo de licenciamento
747 sobre temas mais ambientais e voltados, por exemplo, aos remanescentes florestais naquela área. Em julho de 2002 o
748 IBAMA renova aquela autorização de supressão de vegetação para o canteiro de obras. Em setembro de 2002 o IBAMA
749 define a compensação ambiental em 2% do valor total da obra. Na justificativa o IBAMA declara isso, explicitamente, em
750 setembro de 2002, a justificativa para 2% e não 0,5%, como o IBAMA vinha aplicando em Itá e Machadinho. Era a
751 existência de significativos remanescentes florestais na área de alagamento. Então, se o IBAMA não reconhecia no estudo
752 de impacto ambiental, não estava perfeitamente documentado, na hora da compensação o IBAMA explicita o valor 2% em
753 função dos remanescentes florestais que existiam na área do reservatório a ser formado. Como a Dra. Silvia Capelli já
754 mencionou, essas compensações foram todas, integralmente, destinadas ao Estado de Santa Catarina para o Parque
755 Nacional de São Joaquim. E o IBAMA fez, foram feitas várias vitórias a essa área ao longo do processo de construção
756 dessa hidrelétrica, pelo menos é o que está documentado no processo de licenciamento. Em agosto de 2003 a BAESA

757 solicitou autorização de supressão de vegetação com a obra já concluída. Então, aqui faço um destaque para vocês: a
758 viabilidade ambiental foi aprovada em 99 e as obras foram autorizadas em 2001. O TAC não autorizou a obra de Barra
759 Grande e nem o desmatamento do canteiro de obra. O TAC tratou da supressão de vegetação da área onde seria formado
760 o reservatório. Essa solicitação da supressão de vegetação da área do reservatório ocorreu em agosto de 2003, quatro
761 anos após a aprovação da viabilidade. Em 02-09-03 a ANEEL declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, em
762 favor da BAESA, as áreas necessárias à implantação do empreendimento, formação do reservatório. Posso deixar com
763 vocês aqui, não há necessidade de anotar esse histórico, é mais para passar aos senhores. Em dezembro do ano passado
764 também realizamos reuniões com o Ministério Público Federal e o MAB, novamente, tratando das questões sociais. Quando
765 recebemos o inventário, a partir do recebimento do inventário, a equipe técnica do IBAMA verificou o que o inventário
766 declarava era, de fato, a existência de áreas importantes para a formação do reservatório. Nós pedimos o apoio da Diretoria
767 de Florestas do IBAMA, realizamos novas vistorias no final do ano passado, início deste ano. E a equipe técnica do IBAMA
768 constatou e documentou que havia discrepâncias grandes entre as informações do inventário e as do Eia-Rima. Então, a
769 segunda questão importante a destacar para vocês, no CONAMA o próprio Ministério Público Federal já registrou, isso tem
770 um pouco a ver com o que comentou a Dra. Sílvia Capelli, não há documentação dentro do processo de licenciamento de
771 questionamentos, com exceção do MAB, à obra de Barra Grande e nem a Barra Grande era uma obra clandestina, era uma
772 obra autorizada, com desmate ocorrendo desde 2001. Quem conhece a barragem sabe que é uma obra de grandes
773 proporções. E foi a própria equipe técnica do IBAMA que deliberou por comparar o inventário ao Eia-Rima original, em 98,
774 foi a própria equipe técnica do IBAMA que constatou as irregularidades. Portanto, passou a discutir a questão do
775 licenciamento, envolvendo também o Ministério Público nos procedimentos de apuração interna de responsabilidades que
776 acontecem ainda hoje. Então, as falhas do processo de licenciamento de Barra Grande foram constatadas pela equipe
777 técnica do IBAMA, isso está perfeitamente documentado. Não houve, e essa é uma declaração pessoal para vocês, desde
778 que ingressamos no IBAMA, em janeiro de 2003, não houve nenhuma procura, esse era um dos licenciamentos mais
779 tranquilos dentro do IBAMA. Não havia questionamento nem formalizados, não havia procura de nenhuma instituição para
780 discutir esse licenciamento, todo o empasse de Barra Grande foi gerado por uma avaliação interna do IBAMA, uma
781 reavaliação do processo de licenciamento a partir da apresentação do inventário florestal. Então, a informação técnica que
782 documentou, finalmente, depois das vistorias, a existência das discrepâncias, foi emitida em 17-02-2004. Em 30-03-2004 a
783 Diretoria de Licenciamento solicitou à Procuradoria-Geral do IBAMA a abertura de sindicância para a apuração dos
784 procedimentos adotados pelo IBAMA, quando da concessão da LP. Essa sindicância concluiu os trabalhos em junho e não
785 foi uma sindicância para apuração de responsabilidades funcionais, foi aberta para que uma equipe se detivesse na análise
786 do processo de licenciamento, há vários problemas de documentação, inclusive, e que formalizasse, tentasse compreender
787 o que aconteceu em 98, 99. E não há dúvida de que a Comissão de Sindicância concluiu que havia irregularidades e que
788 essa irregularidades estariam sujeitas a sanções administrativas, civis e penais. Estamos falando de uma demanda que
789 reconhecemos, sabemos, tivemos uma audiência ontem de várias ONGs para que se interrompa a construção e para que
790 se desconstrua a barragem ou se dê outra utilidade a ela. Da mesma forma, dentro do processo de licenciamento, quando o
791 IBAMA constatou, a pressão para que o IBAMA autorizasse essa supressão de vegetação no âmbito administrativo foi
792 gigantesco, a ponto de haver um mandado de segurança contra o IBAMA, contra o Diretor e contra o Presidente para
793 autorizassem a supressão de vegetação, tendo em vista o prazo decorrido, já havia quase um ano da solicitação da
794 supressão. E no âmbito administrativo o Judiciário concedeu um prazo de 72 horas para que se manifestasse sobre a
795 supressão de vegetação. Então, em 02-07-2004 o IBAMA indeferiu a autorização de supressão de vegetação para a área
796 do reservatório de Barra Grande em função das irregularidades que foram identificadas no processo de licenciamento pela
797 Comissão de Sindicância. Então, essas decisões do IBAMA não foram baseadas em opiniões da Direção, foram baseadas
798 em pareceres técnicos, em Comissões de Sindicâncias, em processos formais. Em 18-08-2004 o Presidente do IBAMA
799 enviou cópia dessa fase preliminar do processo de sindicância à 4ª Câmara do Ministério Público Federal, em Brasília,
800 deslocando, então, as discussões sobre a continuidade do processo de licenciamento, do mero âmbito administrativo
801 interno do IBAMA, para uma negociação com um processo mais amplo, envolvendo o Ministério Público Federal e os
802 técnicos, peritos da 4ª Câmara. Isso levou à assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta em 15-09-2004. Esse Termo
803 de Compromisso foi feito entre o IBAMA, BAESA, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, AGU e
804 Ministério Público Federal. Aí, Edi, não é uma decisão pessoal de nenhum dirigente, nem do IBAMA e nem do Ministério, é
805 uma decisão institucional. A assinatura do TAC foi uma ação institucional do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA,
806 baseado na opinião dos técnicos, baseado em processos formais de investigação e tudo mais. Esses detalhes todos estão
807 documentados, é óbvio que não temos tempo para explorá-los com mais detalhes aqui. O que estabeleceu o Termo de
808 Compromisso de Ajustamento? Estabeleceu o salvamento do material genético, ou seja, em geral, medidas de mitigação
809 em compensação, em relação à área ser de vegetação suprida, porque não há como repor floresta primária, isso nós
810 sabemos. O IBAMA tem dito isso de maneira explícita, o TAC trata de mitigação e compensação, tendo em vista o empasse
811 criado. O TAC não trata de liberar os responsáveis pelas ações cometidas, há processos de investigação formal, tanto no
812 âmbito do Ministério Público Federal quanto do IBAMA. O TAC não anula responsabilidades, busca uma alternativa de
813 imediação técnica para o empasse. Por um lado uma pressão muito grande para que o IBAMA autorizasse no âmbito
814 administrativo, do outro para que toda a obra fosse interrompida e a hidrelétrica tivesse uma destinação diferente daquela
815 que foi planejada. Então, o TAC buscou a mediação do ponto de vista dos remanescentes florestais. As questões sociais, as
816 questões de resgate de fauna, todas não são objeto do TAC, são objeto do processo de licenciamento. A primeira ação do
817 IBAMA, após a assinatura do TAC, foi ir a Anita Garibaldi e participar de uma assembléia com mais de mil atingidos para
818 explicar o Termo de Ajustamento de Conduta, fizemos isso como uma primeira etapa. E os Dirigentes do MAB aqui no
819 Estado podem dar esse depoimento que o IBAMA tem-se mantido com o diálogo aberto para o MAB, não só em relação a

820 esse empreendimento como em tantos outros. Nós tivemos a supressão de vegetação, que é parte integrante do Termo de
821 Ajustamento de Conduta. Ela estabeleceu duas etapas de supressão de vegetação. A SV autorizou imediatamente a
822 supressão de vegetação naquele um terço já antropizado da área mais próxima à barragem e condicionou o início da
823 supressão dos dois terços. Hoje temos vegetação primária em estado primário, estágio avançado e médio de regeneração.
824 Há estudos ao resgate do material genético. Isso está no TAC, os detalhes estão dentro do TAC. Essa empresa, o TAC
825 estabelece uma série de critérios para que essa empresa seja contratada, essa empresa não foi apresentada, tem que ser
826 aprovada pelo IBAMA. Essa empresa não foi apresentada ainda, portanto, não foi autorizado nenhum início de supressão
827 de vegetação nas áreas mais preservadas, depende do andamento do trabalho de resgate do material genético. Tivemos
828 duas sentenças judiciais, há uma ação civil pública, vocês sabem disso. já houve uma liminar suspendendo a supressão de
829 vegetação, aí foi cassada, tivemos outra liminar retomando a suspensão. Tivemos ontem, aqui em Porto Alegre, uma
830 audiência de conciliação, onde não foi possível chegar a um acordo, o Desembargador Vladimir Passos de Freitas paralisou
831 o processo para ver-se era possível aprimorar o Termo de Ajustamento de Conduta. Um dos itens que foi levantado no
832 CONAMA é a destinação da madeira existente naquela região, os dados que foram apresentados ao CONAMA é que a
833 madeira teria um valor de oitenta milhões de dólares, é madeira presente na região. Temos hoje uma audiência em Santa
834 Catarina com o Ministério Público Federal e o MAB. Isso não é definitivo, mas parece que há um acordo entre MAB e
835 BAESA para que toda a madeira seja doada ao MAB para a construção de vários reassentamentos, portanto, resolvendo o
836 problema apontado na reunião do CONAMA. Então, essa é mais ou menos a história do TAC. Então, o que fazer com
837 BAESA e ENGEVIX? Como falei antes, todas as decisões e deliberações têm sido frutos de processos formais. Então, o
838 IBAMA comunicou as irregularidades ao Ministério Público Federal, a partir da constatação, e está fazendo a sua
839 sindicância interna. Do ponto de vista administrativo a questão mais importante para o IBAMA é investigar o que ocorreu
840 internamente e apurar as responsabilidades dos seus servidores e dos seus consultores à época. Esse é um processo que
841 está acontecendo. Do ponto de vista da Empresa ENGEVIX a equipe de sindicância pode chegar, por exemplo, a solicitar o
842 descadastramento do Cadastro Técnico Federal, impedindo, portanto, a empresa de exercer atividades no país, mas isso
843 quem vai decidir, quem vai apontar, quem vai sugerir é a Comissão de Sindicância dentro de um processo formal, onde há
844 também, obviamente, a oportunidade de defesa daqueles envolvidos, como tem que ser um processo de investigação.
845 Obviamente, ao comunicar o Ministério Público Federal, aí sim, o Ministério Público Federal vai apurar as responsabilidades
846 na instância criminal, que é um papel exclusivo do Ministério Público Federal e vai apontar também, por meio de processos
847 formais, os encaminhamentos. Do ponto de vista do TAC temos dito o seguinte sobre a situação de Barra Grande: é uma
848 situação a evitar. De fato, a tua pergunta: quais são as garantias que temos que isso não vai ser evitado? Várias coisas já
849 foram feitas na prática. Do ano passado para cá já devolvemos dois estudos de impacto ambiental antes de analisá-los por
850 não terem a condição mínima. E o que percebemos é que, de fato, estudos de impacto ambiental de hidrelétricas têm, na
851 fase de licenciamento prévio, identificados de maneira muito frágil os impactos ambientais sobre biodiversidade. E esses
852 aspectos acabam sendo analisados ao longo do processo de licenciamento e em casos extremos, como acontece em Barra
853 Grande, as questões importantes vão surgir quando a obra está concluída, na fase de supressão de vegetação. E a fase de
854 supressão de vegetação não é a fase em que se deve fazer análise de viabilidade do empreendimento, essa análise de
855 viabilidade tem que ser construída com qualidade em um processo de licenciamento prévio. Portanto, essas informações
856 devem constar do estudo de impacto ambiental. Então, hoje fazemos um grande esforço para que os estudos de impacto
857 ambiental tenham qualidade, e a nossa orientação é para os estudos sejam devolvidos se não apresentarem qualidade
858 mínima de acordo com os Termos de Referência. Esse padrão de aceitar termos ruins e pedir complementações é um
859 padrão que leva tempos gigantescos de licenciamento a conflitos enormes do ponto de vista técnico e deve ser modificado.
860 Agora, todas essas modificações não são feitas sem grandes conflitos em um âmbito mais político mesmo. Quem tem
861 acompanhando a grande imprensa nacional tem visto a pressão enorme para que os licenciamentos sejam mais rápidos,
862 acusando, inclusive, o IBAMA de adotar posições ideológicas em relação à avaliação dos estudos de impacto ambiental. O
863 que queremos de fato é profissionalizar a Instituição e garantir que tenha um rigor necessário na fase de licenciamento, que
864 é a fase mais importante do nosso ponto de vista, que é a fase de licenciamento prévia. Isso nós já vimos no parecer que o
865 IBAMA emitiu em 99, para licença prévia, o parecer vai mais ou menos em linhas gerais. Como o licenciamento prévio não
866 autoriza a obra pode ser concedido com lacunas importantes, como, por exemplo, a não identificação de espécies
867 ameaçadas de extinção, evidente que isso é equivoco, a fase mais importante do licenciamento é a fase de licenciamento
868 prévio. E sobre o TAC nós levamos esse caso ao Ministério Público Federal, passou para a avaliação da Procuradoria-Geral
869 do IBAMA, da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. A opinião dessas instituições, não a minha opinião
870 pessoal, obviamente, é a opinião do conjunto de dirigentes dessas duas instituições e das áreas jurídicas, e do próprio
871 Ministério Público Federal, é de que o Termo de Ajustamento de Conduta é exatamente o instrumento previsto na legislação
872 brasileira para tratar de passivos como esse ocorrido em Barra Grande. Agora, é um caso difícil e, obviamente, um caso
873 polêmico. Nós estamos tentando resolver isso de uma maneira ética, legal e séria, e evitar que situações como a de Barra
874 Grande se repita. Sobre os documentos da FEPAM, há documentos dentro do processo de licenciamento no IBAMA e pelo
875 que vimos, preliminarmente, há documentos que a FEPAM enviou, mas que não estão dentro do processo administrativo de
876 licenciamento do IBAMA. Todas essas questões estão sendo vistas por uma equipe de sindicância, independente, que está
877 fazendo o seu trabalho com devida tranquilidade e vai apresentar os resultados. Então, de maneira geral eram esses os
878 esclarecimentos, sendo que a questão da avaliação integrada dos aproveitamentos do Uruguai é uma questão importante,
879 podem ver dentro do TAC também, que não tem a ver, diretamente, com Barra Grande, mas tem a ver com todo o
880 planejamento do setor elétrico na bacia do Uruguai que precisa ser qualificado. Eu já disse isso no CONAMA e repito aqui:
881 os dois rios federais mais pressionados pela construção de hidrelétricas é o rio Uruguai e rio Tocantins. Nós sabemos que
882 há planejamento em vários outros rios, mas planejamento no caso do Uruguai e do Tocantins temos já uma série de

883 hidrelétricas aprovadas do ponto de vista do licenciamento, concedidas, aprovadas do ponto de vista do licenciamento,
884 algumas já operando e muitas em obras. Essas são as duas principais bacias. E essa avaliação integrada dos
885 aproveitamentos do Uruguai é o primeiro estudo desse tipo, que é uma demanda dos órgãos ambientais no Brasil, a FEPAM
886 é pioneira no Brasil nesse tipo de trabalho, é a primeira experiência em um rio federal no Brasil. Isso nunca aconteceu em
887 rios federais no Brasil e aponta aquilo que acho que é nossa obrigação, tentar resolver com seriedade os passivos, mas
888 também assumir um compromisso de que as coisas no futuro vão mudar, senão ficamos reproduzindo esses erros,
889 reproduzindo esses consertos eternamente, coisa que não queremos fazer. **Sr. Presidente (Sr. Mauro Gomes de Moura):**
890 Respondendo as questões com relação à FEPAM, Conselheira Edi, não fizemos nenhuma reunião secreta no Centro de
891 Estudos da CEEE, foi apenas uma reunião entre a FEPAM e a Secretaria de Minas e Energia para trocarmos idéia sobre
892 toda essa questão energética, licenciamento ambiental, conversa entre os órgãos. Com relação ao documento de
893 fragilidades da bacia do Ijuí e Butuí, esse também não é um documento secreto, é um documento que foi lançado em um
894 evento público, que os Conselheiros tinham conhecimento, nós Semana da Água. E só não distribuimos aos Conselheiros
895 esse volume, porque, infelizmente, quando foi publicado páginas foram trocadas e mandamos rever a publicação. Então,
896 não gostaria que pairasse para os Srs. Conselheiros que este órgão aqui está tentando esconder ou fazer algum jogo oculto
897 com relação as nossas atividades. O Dr. Cunha gostaria de falar sobre o corredor ecológico, a FEPAM não tem participado
898 disso, mas a SEMA tem. Então, o Dr. Cunha gostaria de dar um informe. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** É que na
899 pergunta da Conselheira Edi ficou subjacente uma crítica à atuação da SEMA. Embora a Secretaria venha evitando entrar
900 nesse tipo de embate, isto é, sujeitar-se a ser recorrentemente argüida no Conselho como se estivesse “na berlinda”, como
901 se costuma dizer, não gostaria que tal referência “passasse batido”, até porque aqui estão presentes representantes de
902 órgãos da imprensa que podem interpretar como procedente a menção feita. E também para maior clareza dos Srs.
903 Conselheiros. A Lei n.º 11.362/99, que criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre as atribuições que determinou
904 à Pasta consta a promoção, desenvolvimento e execução de estudos e pesquisas voltados ao aprimoramento da gestão
905 ambiental. É, portanto, uma prerrogativa da Pasta produzir quaisquer estudos, quaisquer pesquisas, quaisquer
906 levantamentos que venham ao encontro daquilo que é a sua finalidade maior. A SEMA também não entende – e acho que
907 isso é um equívoco que, infelizmente, alguns Conselheiros ainda não se deram a devida conta – que exista uma relação de
908 subordinação administrativa a este Conselho, embora tenhamos para com este colegiado o maior respeito pelo seu papel e
909 relevância dentro do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. O mesmo vale, no plano federal, para o Ministério do Meio
910 Ambiente, que não se subordina ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Reitero, pois, que sempre que houver por parte
911 de qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil organizada o desejo de obter qualquer informação sobre aquilo que
912 entender pertinente à SEMA, o caminho é reportar-se ao Secretário para a devida resposta. Mas que fique bem claro, a Sr.
913 Secretário não entende que deva prestar informação a este Conselho de cada um de seus atos de gestão, ou seja, naquilo
914 que lhe incumbe agir por competência legal. **Sr. Ebersson Thimmig Silveira:** Só queria me colocar à disposição para a
915 apresentação da matriz. A Secretaria elabora e executa a balança energética do Estado, onde são contemplados 60 fontes
916 de energia, e ali são contrapostos oferta e demanda. Inclusive, temos publicado o inventário hidrelétrico da bacia do rio
917 Uruguai e Taquari/Antas nesse documento. E em particular à questão elétrica temos estudos, também, prospectivos, ao ano
918 2010, e podemos mostrar aqui, inclusive, as necessidades do Estado nesse horizonte. Então, a situação atual e
919 necessidades, perspectivas que se tem, necessidades de investimento para que o Estado também não fique sem energia.
920 Então, só me colocar à disposição, existe esse documento na Secretaria, esse tipo de trabalho, que é feito também em nível
921 nacional pelo Ministério de Minas e Energia. E colocar a Secretaria à disposição para fazer a explanação a este Conselho,
922 no momento que o Conselho achar mais oportuno. **Sr. João Bicca:** Gostaria de dizer que sou da Secretaria de Obras e
923 Saneamento, o Programa Pró-rio Uruguai, aquífero Guarani, que é uma adaptação do programa criado em 94, pelo
924 Governador Colares. Portanto, não tem de Governo passado, temos responsabilidade com a vida, porque brigamos com a
925 água. E trata do saneamento básico, exclusivamente do saneamento básico da bacia hidrográfica do rio Uruguai e do
926 aquífero Guarani, que 90% está embaixo, no seu subsolo. Esse é um trabalho em conjunto com o Estado de Santa
927 Catarina, tudo o que foi feito aqui no Rio Grande está sendo feito em Santa Catarina para preservar a dignidade dos nossos
928 cidadãos, do nosso município, daquele que acredita que ainda a gente pode ser útil a eles e também preservar para futuras
929 gerações o que já está correndo alto risco, para não dizer que já está poluído. É público e notório, os senhor conhecem, Srs.
930 Conselheiros. Dr. Langone, enviamos documentos ao Ministério do Meio Ambiente e aguardamos a resposta no sentido de
931 que a gente possa, em conjunto, elaborar um Plano Diretor, porque pela sua colocação, claro, não era pertinente aqui, o gás
932 e o petróleo estão resolvidos, a energia está a caminho, muito embora eu ache que esta reunião pouco vai adiantar, porque
933 das 22 propostas, praticamente, 12 ou 13 já estão sendo feitas, lamentavelmente. E quero dizer ao senhor, também, que
934 nós, dentro dessa idéia de fazer um Plano Diretor da bacia hidrográfica do rio Uruguai, vamos fazer com os Comitê de
935 Bacias, com as universidades e com a comunidade em geral. Eles que vão dizer a nós o que tem que ser feito. não
936 queremos mais documentos sendo expedidos de gabinetes para dizer ao cidadão que mora na beira de um rio, na encosta
937 de uma lagoa ou um riacho, o que ele tem que fazer. Até pode-se trocar idéias, mas não impor a esse cidadão o que deve
938 ser feito. Então, a idéia desse programa está sendo capitaneado pela Secretaria de Obras e pela Secretaria de Meio
939 Ambiente, haja vista a toda área de saneamento básico, uma bacia hidrográfica que tem 230 municípios no Rio Grande do
940 Sul, 147 em Santa Catarina, quatro milhões de gaúchos, dois milhões de catarinenses e não tem 5% de saneamento
941 básico. Ou seja, é muito bom ouvir essa preocupação dos senhores em termos de energia, mas para nós, nesse momento,
942 também é preocupante o termo social, que é aquilo que estamos fazendo todos os fins de semana em alguma localidade
943 dentro dessa bacia hidrográfica. Também gostaria de dizer ao IBAMA, ao Dr. Nilvo, que essa bacia tem 147.000km no
944 Estado do Rio Grande do Sul e 49.000km no Estado de Santa Catarina, e tem dois ou três postos do IBAMA. Seria de bom
945 grau, principalmente na área em que ela atinge a parte internacional, que se colocasse, dentro das possibilidades, mais.

946 faz-se necessário, porque é indiscutível. Eu pedi informação, é Bagé, Uruguiana, Passo Fundo e o de Santa Maria, que
947 irradia para lá um pouco. Que bom que a bacia hidrográfica do rio Uruguai começou a ser falado, pelo menos, porque em
948 documentos oficiais, em alguns, não somos nem lembrados. Obrigado. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Boa-
949 tarde a todos. Quero apresentar a Conceição Carrion, que a partir da próxima reunião já deve começar a representar o
950 Núcleo Amigos da Terra neste Conselho, junto comigo. E quero apresentar também, para quem não conhece, a Lúcia Ortiz,
951 que é Coordenadora Geral do Núcleo Amigos da Terra e que coordena já a bastante tempo o grupo de trabalho de energia
952 do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Acho que a Lúcia vai querer fazer algumas colocações, mas antes
953 queria fazer alguns comentários. Lembrar que o CONSEMA já tem um grupo de trabalho de energia, que, infelizmente,
954 reuniu-se muito pouco, mas conseguimos uma tarefa boa, que conseguimos cumprir, que foi colocar em sintonia e
955 trabalhando juntos a Secretaria de Saúde junto com os técnicos da FEPAM para o controle das zoonoses. Esse trabalho
956 articulado só foi possível, ou foi agilizado com o GT Energia. Nós paramos de nos reunir porque esse grupo de trabalho é
957 vinculado à Câmara Técnica de Controle e Monitoramento Ambiental, e queríamos apresentar um estudo que a FEPAM fez
958 para a bacia do Taquari/Antas. E a Câmara Técnica deliberou que só ia trazer o assunto para a Plenária do CONSEMA uma
959 vez que esse estudo fosse apresentado na Câmara Técnica para deliberação, só que nunca houve um momento para a
960 apresentação do trabalho, em razão da Câmara Técnica estar sempre com estudos de resoluções atrasados. Então, acabou
961 não se apresentando esse trabalho, que é o que a gente quer que seja realizado na bacia do rio Uruguai. Queria falar um
962 pouquinho também sobre Barra Grande, porque Barra Grande é uma situação muito emblemática. Existe um consenso, eu
963 participei da audiência, ontem, com o Desembargador Vladimir, e é um consenso que se no licenciamento ambiental, nos
964 documentos apresentados em 98/99, se tivesse as informações corretas essa barragem não seria autorizada. Isso é
965 consenso, ontem todos reconheceram isso e, no entanto, o barramento continua sendo feito, não está pronto, 80% das
966 obras estão prontas, mas ainda falta um tanto. O que são dois terços da área de floresta primária em estágio avançado de
967 regeneração? São somente algo em torno de 6.000 hectares de domínio de Mata Atlântida, foi em uma parte significativa
968 mais de 2.000 hectares de floresta primária, de floresta com araucária. O nosso mais importante fragmento florestal, de
969 floresta com araucária, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, está na bacia do rio Uruguai, mais
970 precisamente em Barra Grande e Paiquere. Concordarmos com essa licença, com a instalação dessas hidrelétricas, nós
971 estamos, simplesmente, abrindo mão de um dos mais importantes e desconhecidos da ciência remanescentes florestais do
972 sul do Brasil. É o isso, mais nada. Acho que é isso que o pessoal da universidade está tendo colocar para os órgãos
973 ambientais. Agora, isso também é consenso, essa informação também é consenso, todos sabem disso, todos sabem que a
974 araucária é uma espécie ameaçada, que há uma série de animais endêmicos, de vegetação endêmica na região e continua
975 tudo acontecendo como se não houvesse problema nenhum. Muito pelo contrário, o problema é da sociedade civil que não
976 participou das audiências públicas, como se nós tivéssemos obrigação de participar de todas as audiências públicas, de
977 todos os empreendimentos que estão acontecendo neste País. Isso é responsabilidade dos órgãos ambientais. Nesse
978 sentido temos que cumprimentar a FEPAM pelo trabalho que vem realizando. A FEPAM, francamente, reclama se alguém
979 não anexou o parecer ao processo, o mínimo que se espera é que, realmente, essas pessoas sejam responsabilizadas. Nas
980 tratativas que estão sendo feitas com o Ministério Público de um possível acordo para recuperar, para minimizar e para
981 compensar não sei o que, porque ninguém sabe de fato o que vai-se compensar, o que vai-se alagar, o que vai-se
982 desmatar. A FEPAM não está sendo ouvida. Houve uma vitória, algumas semana atrás, em Barra Grande, foi o Ministério
983 Público Federal, foi o IBAMA, foi o Ministério do Meio Ambiente e a FEPAM não foi, não foi ou não foi convidada. Quer dizer,
984 o único órgão ambiental que tem a responsabilidade legal de proteger o meio ambiente e que agiu cumprindo a lei não está
985 participando do processo. É só isso! Quem cumpriu a lei, rigorosamente, está à margem de todo o processo de negociação.
986 A negociação está sendo feita pelos órgãos e pelas instituições que não cumpriram a lei. Realmente, é muito sério. Nós
987 reconhecemos todo o esforço que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo nessa questão de energia, reconhecemos
988 que é um trabalho muito difícil, afinal, a questão ambiental, que ninguém entende, compra energia, o progresso do País. Só
989 que na questão ambiental ninguém está lembrando do furacão Catarina, isso é efeito climático e isso vai continuar
990 acontecendo, e a região de Barra Grande vai ficar mais vulnerável porque vai perder um dos mecanismos que controla o
991 clima regional, que são as florestas. Então, a responsabilidade é de todos. Nós estamos, as ONGs, por meio da Rede de
992 ONGs da Mata Atlântica e da Federação das Entidades Catarinenses, com uma ação na justiça, onde ganhamos uma
993 liminar que impede o desmatamento. Judicialmente a nossa ação civil não pede a desconstrução da barragem;
994 pessoalmente, acho que deveria pedir, mas a Rede de ONGs da Mata Atlântica não pediu isso. Ontem, na audiência que
995 tivemos com o Desembargador, a posição da rede era de mais estudos sobre a vegetação da região, porque não se tem, e
996 um estudo sobre o projeto, se haveria alguma possibilidade de se diminuir a potência da hidrelétrica, quem sabe colocar as
997 turbinas mais abaixo, de forma a preservar pelo menos a floresta primária, porque dessa não se pode abrir mão. Só quero
998 encerrar o meu posicionamento perguntando se depois de Barra Grande e antes que termine os estudos da bacia do rio
999 Uruguai, se já houve a suspensão de todos os processos de licenciamento ambiental nessa bacia, que é o foco da nossa
1000 reunião hoje? Obrigada. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Boa-tarde. Queria fazer algumas considerações aos
1001 Conselheiros e ao convidados. Primeiro, dividir com vocês uma reflexão sobre como devemos ainda construir mecanismos
1002 legais e de procedimentos administrativos para que o princípio da publicidade venha a ser realmente transformado em
1003 realidade nas nossas políticas ambientais. Vemos que pelos fatos relatados, pela diversidade dos fatos comentados, esse
1004 princípio está longe de ser um princípio realmente adotado pelos órgãos públicos ambientais, tanto que caminhar muito
1005 nessa direção. E trago aqui, em forma de informe também de debate, sobre os procedimentos adotados para a construção
1006 dos TACs, que o movimento social e o movimento ambiental, reunido, recentemente, em Brasília, no último encontro do
1007 Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Quando nós criamos um GT específico para tratar do direito ambiental
1008 constatamos que há uma necessidade de aperfeiçoar os mecanismos hoje existentes para que os Termos de Ajustamento

1009 de Conduta possam ser acompanhados pela sociedade civil, que hoje não são. O exemplo que está sendo debatido aqui é
1010 o exemplo claríssimo desse aspecto. Nós vemos que os personagens envolvidos, ou os atores envolvidos nesse Termo de
1011 Ajustamento de Conduta não contempla sociedade civil nesse processo, praticamente, somente o Governo e o
1012 empreendedor, a sociedade civil está fora do processo. Nós devemos, então, pensar melhor mecanismos que contemplem
1013 a participação da sociedade civil não a posteriori, mas sim a priori, não somente recebendo a informação de que o Termo foi
1014 realizado e que se encontra publicado em determinado espaço ou em determinado órgão público, mas sim que a sociedade
1015 civil possa participar antes desse acordo, e não depois. Esse foi um tema debatido, como já falei no último encontro do F.
1016 Bons, em Brasília, e também foi um tema debatido no I Encontro Brasileiro da Rede de Justiça ambiental, que aconteceu
1017 alguns dias antes do encontro do F. Bons, no Rio de Janeiro, onde também se levantou a necessidade de melhores
1018 mecanismos de transparência para a elaboração e ajustamento desses Termos de Conduta. Da mesma forma também
1019 verificamos que as audiências públicas não têm sido mecanismos eficazes para garantir a participação da sociedade e
1020 também a transparência dos processos de licenciamento. Isso não significa dizer que devemos abandonar o TAC, ou a
1021 audiência pública como instrumento de afirmação, ou de construção no meio da sociedade do princípio da informação
1022 ambiental. Ao contrário, devemos sim é pensar formas de fazer com que esses mecanismos realmente venham a obedecer
1023 esses princípios formadores do direito ambiental, o que hoje não são observados. E acho que uma reflexão que deve ficar
1024 aqui para nós, no sentido de que devemos pensar como que os colegiados ambientais constituídos, ambientais, nacional, o
1025 CONAMA no caso, e os municipais podem ser instrumentos para a discussão dos termos ou para envolver a discussão
1026 sobre os Termos de Ajustamento de Conduta, e também podem ser instrumentos para a realização das audiências públicas
1027 no sentido de que o princípio da publicidade, então, venha a ser observado. Outra questão que também gostaria de trazer
1028 para todos nós refletirmos é a questão bem demonstra ainda como precisamos evoluir no processo de coordenação e de
1029 sintonia entre os diversos setores e entre as diversas políticas setoriais dos Governos, seja federal, estadual ou municipal.

1030 Nós vemos com as falas aqui presentes que as relações entre o Governo e intragoverno ainda é uma relação muito
1031 desorganizada, muito descompassada. E isso se reflete depois nessas questões que temos que enfrentar, como essa que
1032 estamos enfrentando aqui. Também gostaria de lamentar, porque estamos muito discutindo a questão sob o prisma
1033 ambiental, que não é nenhum absurdo, porque estamos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, mas acho que
1034 caberia ouvir mais e deveríamos também solicitar que os representantes dos setores energéticos que aqui se encontram,
1035 especialmente do Governo, manifestasse mais a sua posição com relação a esses tipos de empreendimentos que têm
1036 causado problemas socioambientais significativos e extremamente relevantes na sociedade para o futuro, para os novos
1037 empreendimentos. O que o Ministério das Minas e Energia está pensando para evitar que tenhamos 24, no mínimo,
1038 reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Meio Ambiente só do Rio Grande do Sul para discutir empreendimentos
1039 energéticos? Gostaria de ouvir mais sobre a política energética e menos sobre a política ambiental, porque estamos aqui no
1040 final do processo, estamos tentando resolver passivos ambientais. Temos que nos antecipar aos problemas ambientais e
1041 não vejo isso por parte do Governo Federal, nada nesse sentido. E também gostaria de lamentar, além de termos que estar
1042 escutando mais ações mitigadoras, no sentido de mitigar, de compensar os danos do que propostas de mudança da política
1043 energética. Ouvi também manifestações de representantes do Governo, especialmente do Governo do Estado do Rio
1044 Grande do Sul, no sentido também quase que subentendido, ou até de uma forma metafórica, de que este Conselho tem
1045 que estar subordinado ao Governo do Estado. (Intervenção do Conselheiro Cunha: O Sr. está tergiversando, eu não disse
1046 isso!). Ora, meu caro representante do Governo do Estado, se não é verdade que o CONSEMA não subordina o Governo
1047 do Estado as suas políticas, também é verdade que o CONSEMA não está subordinado ao Governo do Estado (nova
1048 intervenção do Conselheiro Cunha: Ninguém aqui afirmou tal coisa). Acho que temos que avançar ainda nesse ponto, meu
1049 caro Conselheiro Cunha. Temos que criar um mecanismo de relação entre o CONSEMA e o Governo do Estado no sentido
1050 de que as ações sejam, realmente, tratadas de forma que dialogue o Governo com o Conselho, senão vamos ter dois
1051 agentes caminhando de forma separadas nessa construção da política ambiental. E o Governo do Estado, assim como tem
1052 as suas atribuições legais e constitucionais, o CONSEMA também as tem, e o CONSEMA é o órgão máximo da política
1053 ambiental do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Então, acho que isso deve ser considerado e devemos evoluir nesse
1054 processo de construção conjunta do SISEPRA. Era isso, obrigado. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Nisso eu concordo
1055 plenamente. **Sra. Lúcia Ortiz:** Queria resgatar um pouco do que foi colocado pelo Conselheiro Bicca, também pelo Soler,
1056 no que diz respeito à questão da transparência e da participação da sociedade em geral no processo, então, que se
1057 seguirão daqui para frente, principalmente, no que diz respeito ao licenciamento da bacia do rio Uruguai. Falou-se aqui, o
1058 Secretário Langone comentou, e é de conhecimento público que os inventários dos potenciais hidrelétricos da forma como
1059 eram feitos não tinham qualquer espécie de discussão com a sociedade. Sobre esses estudos integrados tenho alguns
1060 esclarecimentos que gostaria de obter aqui, um deles é o seguinte: para a bacia do rio Uruguai, especificamente, esse
1061 subintegrado está, simplesmente, previsto no Termo de Compromisso, ou faz parte de uma política nacional? Dessas
1062 bacias, que estão 07 bacias selecionadas para esses estudos, também têm um cronograma de ação e esses estudos vão
1063 estar finalizados antes dessa nova rodada de licitação? E quais seriam todas essas bacias? Falou-se aqui no rio Uruguai e
1064 na bacia do rio Tocantins. A outra é a forma de participação da sociedade. Nós já enviamos, do Núcleo Amigos da Terra,
1065 correspondências questionando sobre a forma de participação e acompanhamento desses estudos. Eles vão ser
1066 apresentados em audiências públicas como são os licenciamentos? Vai haver alguma participação da sociedade desde o
1067 início desse processo? A outra questão também é quanto à participação dos países da Argentina e do Uruguai nesse
1068 processo da bacia do rio Uruguai como um todo. Na época da crise de energia no rio Uruguai se questionou esse plano de
1069 aproveitamentos hidrelétricos, e como isso estaria interferindo nesse risco de desabastecimento no rio Uruguai. E queria
1070 lembrar qual a importância da sociedade estar participando desses estudos. Lembro que no estudo do Taquari/Antas se
1071 teve como resultado que de 100% daquilo que se previa no inventário de potencial hidrelétrico, mais ou menos 75% seria,

1072 então, passível de licenciamento. E essas discussões podem ser feitas, inclusive, quanto alternativas à acrescentar essa
1073 oferta de energia que está sendo demandada dentro da política nacional. Por exemplo, aqui foi falado que existem algumas
1074 usinas que já foram concedidas, mas que estão em processo de licenciamento, uma delas no rio Uruguai tem
1075 características geográficas e de biodiversidade muito semelhantes à questão de Barra Grande, que é Paiquere, inclusive,
1076 com um parecer técnico contrário da FEPAM para esse licenciamento. Então, nessa discussão a gente poderia ver dentro
1077 do plano decenal, enfim, dentro dessa retomada do planejamento de energia do Governo Federal, mas, principalmente,
1078 dentro da bacia do rio Uruguai, que outras alternativas a não construção dessas usinas poderiam estar sendo levantadas.
1079 Para que a gente tivesse a satisfação de ver esse diálogo entre Ministério de Meio Ambiente e Minas e Energia, passando
1080 da parte de eliminação dos entraves ambientais, para usar um termo mais utilizado dentro do Ministério de Meio Ambiente,
1081 ou da solução desse passivo para o que está sendo colocado pelo Ministério de Meio Ambiente, para, então, um diálogo de
1082 alternativas da não necessidade desses novos empreendimentos. Por exemplo, às vezes, há alguns estudos, e que isso a
1083 gente não vê sendo incorporado nesse planejamento, que é o estudo de repotencialização das usinas hidrelétricas, que no
1084 Brasil se estima que a metade da energia produzida de Itaipu, ou equivalente a esse montante, 6.000MW, poderia vir da
1085 repotencialização das usinas existentes. No Rio Grande do Sul temos um estudo só para a usina do rio Jacuí, uma usina
1086 hidrelétrica poderia ter um ganho de energia de 45%. Esse tipo de alternativa não está sendo discutida, isso poderia estar
1087 sendo discutido com diversos atores sociais dentro da bacia do rio Uruguai também. Então, a questão principal é como vai-
1088 se dar esse processo, qual vai em relação a transparência desse processo e os espaços de participação da sociedade. E
1089 já uma sugestão para que o CONSEMA se posicionasse, ou estivesse preparado para acompanhar esses estudos e que
1090 tomasse uma posição no sentido de que os licenciamentos já em andamento, ou os previstos para a bacia do rio Uruguai,
1091 ficassem condicionados ao acompanhamento desse estudo integrado de bacia. **Sr. Paulo do Nascimento Teixeira:**
1092 Lamento, inicialmente, não ter sido bastante explícito, ou melhor explícito do que fui na hora que tive a oportunidade de me
1093 manifestar, mas vou repetir algumas coisa que falei naquele momento. Primeiro: com relação à participação deixei claro que
1094 o exercício do relacionamento com a sociedade no setor elétrico é um desafio. Esse desafio, em termos teóricos, está muito
1095 bem equacionado, mas na prática isso não tem acontecido. Recentemente, isso está passando a acontecer em função de
1096 estarmos trabalhando no âmbito das políticas públicas, no âmbito do relacionamento intenso com os representantes do
1097 Ministério do Meio Ambiente e, sobretudo, com uma forte pressão do Ministério Público para nos levar a isso. Esse desafio
1098 vai ser enfrentado daqui para frente com a reestruturação do setor elétrico, com uma atuação ainda mais regular, junto com
1099 os órgãos de licenciamento ambiental, mas no âmbito das políticas públicas. Com relação ao planejamento do setor elétrico
1100 o Dr. Soler cobrou, insistentemente, do representante do Ministério de Minas e Energia uma manifestação mais concreta. A
1101 única coisa que posso sugerir neste momento é que se proponha uma reunião do CONSEMA para tratar especificamente
1102 desse assunto, aí você poderá ter informações concretas e efetivas, não só sobre o novo modelo, como está configurado,
1103 quais são as prioridades, como vai ser implementado ao longo do tempo, quais os ajustes que vão ter que ser feitos no
1104 âmbito desse modelo nos próximos dois, três anos, que é um período de transição e de consolidação do modelo. E um foco
1105 específico que o planejamento da expansão da oferta de energia; por quê? Porque o setor elétrico durante muitos anos foi o
1106 único que planejava, era o dono das águas no país. Tanto é que a agência daquela época era o Departamento de Águas e
1107 Energia Elétrica e só fazia planejamento da expansão da oferta de energia. Hoje isso está mudando, hoje a
1108 responsabilidade pela gestão das águas está na ANEEL, e o setor elétrico é um dos usuários. Esse processo também é um
1109 processo que está em amadurecimento. Então, acho muito importante se conhecer todo esse processo de planejamento,
1110 suas etapas, como que se chega à seleção dos empreendimentos que a partir de agora vão ser licitados, quais são os
1111 critérios de planejamento. Acho que isso é fundamental. Agora, acho que precisam ser uma sessão específica para isso. A
1112 minha sugestão é que seja convidado o Ministério de Minas e Energia para falar especificamente sobre esse assunto. Lúcia,
1113 você falou sobre a questão das alternativas, na perspectiva de um impedimento da realização de um programa
1114 preestabelecido. O Ministério de Minas e Energia está procurando hoje trabalhar com alternativas, não só com fontes
1115 alternativas, mas com estudos de alternativas no âmbito dos estudos de inventário, que você chega a um conceito de
1116 aproveitamento ótimo que é um conceito passado, que é o ótimo energético, econômico energético. Hoje não podemos usar
1117 mais a expressão ótimo, temos que usar o melhor aproveitamento. O que é o melhor aproveitamento? Econômico,
1118 energético, ambiental e social. Então, nesse sentido a metodologia dos estudos de inventário já está bastante atualizada,
1119 faltando, obviamente, incorporar essa abordagem integrada dos efeitos cumulativos e sinérgicos, mas existe toda a
1120 dimensão ambiental como fator de peso na seleção da melhor alternativa. Então, hoje, nos estudos de inventário, embora
1121 poucos tenham aplicado integralmente a metodologia, porque isso não era até pouco tempo uma preocupação da ANEEL,
1122 que estava cuidando desse tema. A questão ambiental não era uma coisa impeditiva para a ANEEL atingir as metas dela de
1123 oferecer para licitação tantos mega watts no período de um ano. Então, existe um programa, que é o Pró-Infra, que é o
1124 Programa de Fontes Alternativas, que está tentando evoluir um pouco, mas uma coisa é clara, as fontes alternativas nesse
1125 momento não são suficientes para substituir outras fontes, sobretudo, as hidrelétricas, de forma que para o programa de
1126 expansão possa ser atendido, complementarmente, por fontes alternativas. A oferta de fontes alternativas hoje ainda não é
1127 economicamente viável, do ponto de vista comercial também. E a questão da repotencialização? Acho que a
1128 repotencialização, da mesma forma que as fontes alternativas, é uma alternativa, mas está muito aquém de conseguir
1129 substituir ou viabilizar ofertas que possam entrar em uma programação de expansão de oferta de energia. Fala-se muito
1130 sobre repotencialização, mas quando se trata desse assunto, com uma base técnica muito séria, essa potencialização é
1131 muito cara e muito pouco efetiva. Não tenho números para te dar agora, mas a ELETROBRÁS há dois anos terminou um
1132 estudo, com engenheiros capacitados, especialistas no assunto. Outras notícias que tem sido divulgadas são de estudos
1133 elaborados por pessoas que nem sequer são engenheiros, e conheço muito bem, de forma que acho que a gente tem que
1134 ter um cuidado muito grande para tratar desse assunto, na sua profundidade e com a seriedade que merece. Espero ter,

1135 pelo menos, tentado esclarecer alguma coisa das questões que vocês colocaram. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Vou tentar
1136 fazer um apanhado geral das observações. A primeira questão importante, e o IBAMA tem dito, sistematicamente, tem sido
1137 ativo nisso, tanto em debates, tanto na vida pública do País, quanto na mídia. Se vocês observarem, e esse é um dos
1138 grandes conflitos que temos hoje no Brasil, conflitos políticos mesmo, que é a questão da incorporação das questões
1139 ambientais e sociais dentro de setores de infra-estrutura do País. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isso, e tenho dito
1140 abertamente, que é preciso mudar a forma de planejar infra-estrutura no País, o nível de incorporação das questões sociais
1141 e ambientais é muito baixo. O planejamento tem sido fechado em um único espaço de participação para discutir tanto
1142 empreendimentos quanto as grandes políticas, por meio de empreendimentos, acaba sendo audiência pública, que é
1143 insuficiente. Então, do nosso ponto de vista é óbvio que as coisas precisam mudar e acho que o Brasil está em uma certa
1144 transição e uma transição muito difícil. Estamos discutindo setor elétrico, vamos resgatar o curto prazo aqui. Não temos
1145 ainda no Brasil a experiência de fazer concessões com a avaliação ambiental prévia. Todas as concessões que tivemos no
1146 Brasil foram feitas sem que se avaliasse a viabilidade ambiental dos empreendimentos concedidos. Essa é a prática no
1147 Brasil e foi a prática até o ano passado, este ano, com a aprovação do novo modelo, reverte-se essa lógica, mas a
1148 experiência não há. Então, melhor é passar o licenciamento prévio, que é a avaliação da viabilidade desses
1149 empreendimentos para antes da concessão, é óbvio que melhora. É suficiente? Não é, o desafio colocado para o país hoje
1150 é como avaliar essa viabilidade, aí tem a ver com a questão da avaliação integrada por bacia. E a chave para mim, sem
1151 dúvida alguma, são as mudanças do inventário. O Paulo Falou isso agora, o setor elétrico no Brasil, curiosamente, é um
1152 setor que tem tradição de planejar e tradição de desenvolver metodologia. Nós temos antropólogos, temos sociólogos,
1153 pessoas com experiência no trato das questões sociais e ambientais dentro do setor elétrico. Acontece que a ANEEL nunca
1154 exigiu que esses inventários tivessem uma qualidade melhor, e tivemos no Brasil, principalmente na época do apagão, uma
1155 série de concessões de hidrelétricas que hoje representam passivos. Vou ler para vocês só um trecho de um editorial do
1156 Jornal Valor Econômico, não é o jornal interno do IBAMA, é o Jornal Valor Econômico, do dia 31-03-2004, diz o seguinte: O
1157 problema dos empasses envolvendo hidrelétricas no Brasil. Boa parte do problema encontra-se nas licitações realizadas as
1158 pressas no passado para se contornar problemas imediatos, como racionamento de energia, que infernizou o país em 2001
1159 e em parte 2002. Não houve coordenação entre esferas de Governo. O Ministério listou projetos de geração, que seriam
1160 entregues à iniciativa privada sem qualquer preocupação com os impactos ambientais, que são relevantes, em geral,
1161 irreversíveis. A urgência de ampliação da capacidade energética do País não pode prevalecer sobre todos os outros
1162 critérios. Então, esse é um jornal que, normalmente, expressa visões empresariais, porque essa forma de concessão, sem
1163 avaliar a viabilidade ambiental, é um problema do ponto de vista ambiental, mas é um problema do ponto de vista
1164 empresarial também. Então, o padrão de operação no Brasil, até hoje na questão das hidrelétricas era: o Governo concede
1165 sem avaliar a viabilidade ambiental e o vencedor dessa concessão prova para o mesmo Governo que concedeu, assume o
1166 ônus de provar para o mesmo Governo que concedeu a viabilidade do que ele recebeu como concessão e pagou por isso.
1167 Quer dizer, é uma lógica totalmente esquizofrênica e desintegrada, não há como constituir uma política pública integrada de
1168 Governo. E isso foi mudado, e o desafio agora é partir para as avaliações integradas e a primeira delas é o rio Uruguai,
1169 infelizmente, sob o contexto de um acordo envolvendo um passivo tão ruim como é o de Barra Grande, que é um exemplo
1170 de como as coisas não devem ser feitas. O IBAMA nunca disse que licenciou, o IBAMA hoje não diz que licenciou
1171 corretamente, o IBAMA diz claramente que a empresa errou ao fazer esses estudos e o IBAMA errou ao aceitá-los. Então,
1172 Kathia, quando comento que não houve manifestação, discuti isso com o Rodrigo, no CONAMA, não é para transferir para a
1173 sociedade civil uma responsabilidade que é do órgão de licenciamento. O IBAMA tinha obrigação e todo o órgão ambiental
1174 tem a obrigação de analisar o Eia-RIMA e dizer se presta, se não presta, se é bom ou ruim. E não há dúvida nesse caso, e
1175 não é minha opinião pessoal, é a opinião de quem fez a sindicância, o IBAMA errou, o IBAMA errou nesse caso, do ponto
1176 de vista de licenciamento. Então, todas as soluções, a questão nossa com a crítica a esse processo, obviamente, é mais
1177 inteligente. Agora, o que temos que reconhecer é a dificuldade de conduzir um processo como esse. Reitero para vocês, na
1178 nossa opinião sabemos que a questão é polêmica, é um questão difícil, mas a nossa opinião é que o IBAMA e o Ministério
1179 estão conduzindo a situação com seriedade, com ética e dentro da legalidade. Então, essa decisão pode ser questionada
1180 do ponto de vista do mérito e tem que ser questionada, porque Barra Grande não pode ser um caso esquecido, ele só existe
1181 hoje, aqui sendo discutido, por uma questão interna do IBAMA de não passar a mão por cima do caso de Barra Grande,
1182 como tem acontecido nos últimos anos. Nós temos documentação dentro do processo que mostra que, de fato, havia
1183 conhecimento da existência dessas florestas, mas não houve a preocupação de incorporar isso dentro dos estudos de
1184 forma consistente e de trazer isso a público como deveria ter sido trazido, que é o que estamos fazendo aqui da
1185 possibilidade da correta publicidade e da garantia da possibilidade de participação. Então, o IBAMA errou nesse caso, não
1186 há nenhuma dúvida. Agora, a solução do TAC, já conversamos sobre isso, o que defendemos não é Barra Grande, defende
1187 a solução que estamos dando como uma solução séria, ética e dentro da legalidade. É passível de divergência? Nossa!
1188 Tem possibilidade diversa de tudo quanto é tipo, envolvendo o caso de Barra Grande, um caso antigo, cuja autorização foi
1189 dada há anos, a obra está concluída. A gente tem tentado, na verdade, o nosso esforço tem sido dialogar dentro do
1190 CONAMA, ir nos Conselhos, buscar aqueles que questionam. A nossa dificuldade, aí acho importante a decisão o
1191 Desembargador Vladimir de fazer audiências de conciliação e chamar as partes todas envolvidas. Já que são tantos
1192 questionamentos que se faça, então, a discussão. Agora, essa discussão não existia porque não havia questionamento.
1193 Isso que eu quis dizer. Então, procuramos o Ministério Público Federal, negamos a instância administrativa. Então, acho que
1194 não reconhecer esse esforço da Direção do IBAMA isso que acho errado, porque, de fato, não há facilidades, só há
1195 dificuldade nesse caso de Barra Grande. Repito: acho que estamos conduzindo isso com bastante seriedade. Sobre a
1196 questão da transparência, acho que isso também é essencial, não só em relação às hidrelétricas, o licenciamento ambiental
1197 no País tem que se abrir mais, agora, não dá para cobrar transparência só do licenciamento. Todos os processos de

1198 planejamento são fechados, as concessões eram processos fechados, o licenciamento cada vez se abre mais e não resolve
1199 o problema, porque tem que abrir discussão em outro nível, não só no nível de licenciamento ambiental. No caso específico
1200 do IBAMA, não falei na hora que a Edi me perguntou, tem a ver com a manifestação do Soler, estamos com muita
1201 dificuldade, mas estamos já em fase adiantada de montagem do sistema de informação sobre o licenciamento federal, a
1202 exemplo do que vários Estados já fizeram. No primeiro semestre do próximo ano a nossa idéia é colocar isso como piloto
1203 para rua, na internet, até final de fevereiro, não sei se vamos conseguir, estamos um pouco atrasados para isso. A nossa
1204 idéia é colocar operacionalmente o sistema de informação de licenciamento federal no ar até o final do primeiro semestre. O
1205 que vai ter dentro desse sistema? Todas as informações sobre licenciamento ambiental, quais são os empreendimentos,
1206 quais são os empreendimentos que estão sendo avaliados, em que fase estão. Então, encontramos a área de licenciamento
1207 ambiental, o nível do IBAMA, em um nível de institucionalização precária. O Secretário Langone já mencionou, tínhamos 07
1208 técnicos do quadro permanente, 68 consultores temporários. Para quem trabalhava na FEPAM a gente mesmo via essa
1209 dificuldade, era troca de interlocutores, a mudança dos técnicos. Como se desenvolve uma instituição? E a questão da
1210 transparência tem muito a ver com a questão dos procedimentos administrativos implementados na instituição, o dia-a-dia, a
1211 rotina de licenciamento. Como é que se desenvolve uma instituição com 07 técnicos para o licenciamento ambiental no País
1212 tal importância do que o IBAMA avalia na área de petróleo, na área de energia elétrica, na área de transporte, na área de
1213 grande infra-estrutura em geral? É impossível. Então, estamos organizando mais um concurso, estamos organizando o
1214 sistema de informação que vai implementar rotinas administrativas muito bem definidas. Então, para vocês terem uma idéia
1215 não só do quadro de pessoal, nem as próprias gerências do IBAMA sabiam até o não passado o que o Brasília licenciava,
1216 não eram só os órgãos estaduais que não sabiam. Então, estamos enfrentando uma tarefa enorme de organizar a área de
1217 licenciamento e de institucionalizá-la permanentemente com técnicos do quadro e técnicos capacitados. Esse é o desafio
1218 que estamos assumindo, não é um desafio fácil e a gente comete erros pela fragilidade da estrutura que o IBAMA tem até
1219 hoje. Portanto, a transparência é importante. O que o IBAMA não vai fazer é discurso fácil sobre coisas complicadas. O
1220 IBAMA trilha caminhos difíceis, busca soluções que são complexas, o IBAMA tem que considerar que já há vários processos
1221 de autorização, que isso pode levar a perdas judiciais. Portanto, o IBAMA tem que buscar compromissos que garantam,
1222 primeiro, um tratamento adequado das questões presentes e um acordo sobre mudanças no futuro. Repito, não podemos
1223 reproduzir essas práticas do passado que tem gerado os passivos. Esses passivos que estamos tratando hoje aqui
1224 começaram em 1998, olhando hoje parece que foi ontem, mas são 06 anos até chegarmos aqui no início desse processo de
1225 licenciamento. Tem erros, tem autorizações, tem decisões que levaram a compromissos, e isso o judiciário também
1226 considera. Então, temos que tomar decisão olhando para todo o quadro. E esse é um ônus de Governo mesmo, esse ônus
1227 não pode ser cobrado da sociedade civil, isso é ônus de quem governa, de ter que tomar decisões difíceis e ter que olhar
1228 para todo o espectro de situações e das consolidações, decisões respaldadas em lei, algumas delas com irregularidades
1229 que vão até 06 anos atrás, mas esse é um ônus de quem governa considerar. Então, é preciso mais transparência, estamos
1230 trabalhando nisso. Sobre a questão de Paiquere, de fato, é a única hidrelétrica que há em licenciamento hoje em que não
1231 há uma decisão sobre licenciamento. Este ano nós autorizamos o início das obras de Foz de Chapecó, que foi uma
1232 hidrelétrica cuja viabilidade foi aprovada pelo IBAMA em 2002, uma hidrelétrica com licença prévia. Nós levamos um ano e
1233 meio de negociações até chegarmos à convergência máxima sobre as questões sociais, que era o grande impasse
1234 envolvendo Foz do Chapecó. Fizemos dezenas de reuniões com o MAB, fomos à região, e se vocês acessarem a licença de
1235 Foz de Chapecó no site do IBAMA vão ver que há um conjunto enorme de cláusulas sociais, que são novidades de licenças
1236 ambientais de hidrelétricas no País. A única hidrelétrica que já foi concedida dentro da bacia do Uruguai onde não há
1237 aprovação de viabilidade é Paiquere. Paiquere tem uma manifestação contrária da FEPAM, aí é regra sim escutar os órgãos
1238 de meio ambiente estaduais desde a elaboração do Termo de Referência. O caso de Barra Grande foi um caso que o
1239 IBAMA, conscientemente, deliberou por autorizar a viabilidade sem a manifestação da FEPAM, mas isso é um ônus do
1240 IBAMA, está sendo devidamente investigado. Então, a FEPAM tem uma posição contrária, a Fátima tem uma posição
1241 favorável, como teve em relação à Barra Grande, e o Ministério do Meio Ambiente tem uma posição contrária com relação a
1242 Paiquere. Então, hoje, se tivéssemos que dar uma resposta hoje sobre Paiquere, com o conjunto de estudos que há, com a
1243 própria situação de Barra Grande, sem dúvida nenhuma a resposta seria o indeferimento. A decisão é que vamos fazer o
1244 estudo integrado antes de tomar qualquer decisão sobre hidrelétricas que ainda não tenham viabilidade aprovada, que inclui
1245 também Paiquere. Agora, hoje, uma resposta sim e não, sem dúvida alguma Paiquere seria indeferida pelo conjunto de
1246 manifestações que já temos dentro desse processo de licenciamento e pela situação de Barra Grande. Então, acho que não
1247 deixei nenhuma resposta, pelo menos, totalmente, em aberto aqui, mas para concordar que tem que ter mais transparência
1248 o licenciamento, estamos trabalhando para isso, é uma necessidade muito objetiva. **Sr. Roberto Carlos da Silva Alves:**
1249 Sou Presidente de um Comitê de Bacia e essa posição foi tirada na última reunião do Fórum Gaúcho de Comitês: quando
1250 falamos na matriz energética e das questões dos empreendimentos energéticos na bacia do Uruguai há um entendimento
1251 que seria de grande importância que existisse, enfim, que fosse criado o Comitê da Bacia do rio Uruguai, até para fazer
1252 discussão no aspecto social, no aspecto de planejamento, todas essas questões que envolvem energia elétrica. Foi tirada
1253 essa posição do que seria o momento e, inclusive, até essa discussão que existisse um Comitê de Bacia, da mesma forma
1254 que existe dentro da bacia segmentada vários outros Comitês de Bacia, que são estaduais, que dentro dos processos de
1255 licenciamento existisse uma interface maior entre os Comitês de Bacia e o próprio IBAMA, dentro do processo de
1256 licenciamento. Então, com relação a esse estudo que realmente o Ministério do Meio Ambiente fosse um parceiro no ponto
1257 de vista do interesse da criação desse Comitê de Bacia. No nosso entendimento é muito importante, até pelo tamanho e a
1258 pela importância que ele se reveste, do ponto de vista que envolve Estados, mas também do ponto de vista que envolve
1259 outros países. Então, se o Langone pudesse falar alguma coisa com relação ao aspecto e esse pedido que o Fórum
1260 Gaúcho de Comitês está fazendo. **Sr. Claudio Langone:** Nós vemos com simpatia essa idéia, tem que aproveitar a

1261 articulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, já há um foco nessa divisão de 12 grandes bacias nacionais para fazer
1262 avançar isso. Acho que no caso do Uruguai tem base social para consolidar isso e tem um padrão de relação entre os dois
1263 Estados, o Rio Grande do Sul mais avançado, Santa Catarina também, já com algum nível de avanço, que dá condições de
1264 criar isso. Agora, sobre Barra Grande diria o seguinte, primeiro: fui Presidente da ABEMA e aqui mesmo, na condição de
1265 Secretário, tínhamos uma opinião, tínhamos muitas divergências com a condução que o IBAMA dava ao licenciamento em
1266 geral e, sobretudo, aos empreendimentos, no caso do rio Uruguai. E essas divergências estão muitas vezes manifestadas
1267 formalmente nos processos. Acho que temos que avaliar a sindicância, a sindicância não faz o enquadramento criminal, faz
1268 um enquadramento administrativo e pode sugerir a abertura de processo disciplinar sobre as pessoas envolvidas, porque
1269 temos pessoas que assinaram as licenças e que assinaram os pareceres na época, e que tomaram a decisão de não
1270 considerar os pareceres que estavam no processo. Portanto, não se pode imputar à atual gestão uma responsabilidade que
1271 não foi dela, não concordamos com a forma como o processo foi conduzido. Agora, vejam bem, não se trata de transferir
1272 para a sociedade civil, não estamos tratando de uma florestinha que não se percebe, houve um processo intenso, houve
1273 audiências públicas, houve advertência da FEPAM, enfim, houve uma série de coisas que à época em que as licenças
1274 foram emitidas não houve contestação. Inclusive, lideranças muito proeminentes da sociedade civil, que faziam parte da
1275 equipe do Ministério do Meio Ambiente e que hoje tem uma postura absolutamente crítica ao que foi feito e na época não
1276 tiveram nenhum tipo de manifestação, nem no processo e nem internamente em relação à gestão. Isso todos conhecem,
1277 todos sabem. Então, teve um problema, talvez de falta de priorização do conjunto, enfim, de um cochilo geral, que não se
1278 percebeu isso naquele momento. As licenças prévias de instalação geraram o direito de construir, a obra pesada, o
1279 investimento foi feito, nós fizemos uma avaliação, tínhamos duas possibilidades: a primeira possibilidade era cassar as
1280 licenças, fazer os processos para dentro, cassar as licenças e entrar com um processo de ação demolitória do
1281 empreendimento. A outra era tentar buscar uma saída, juridicamente consistente, que viabilizasse, diante da geração do
1282 direito de construir, viabilizasse minimizando os impactos, que são muito relevantes, isso é inegável. O atual Governo tomou
1283 uma decisão, que foi o caminho adotado. Nós respeitamos quem tem outra opinião, de que tem que entrar com uma
1284 demolitória, ou que tem que rever o projeto, como falou a Kathia aqui, talvez repensar a concepção talvez tentar minimizar,
1285 o volume de áreas a ser alagada, mas nós avaliamos todos os cenários e tomamos uma decisão em relação a isso, que
1286 achamos que é uma ação consistente. É uma decisão de risco, sabíamos que isso ia gerar uma polêmica, na verdade, não
1287 deixamos para publicizar o tema de Barra Grande depois de tomar a decisão de firmar TAC. Eu me reuni com o Fórum
1288 Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, reuni-me com o MAB e falei do tema de Barra Grande, avisei do tema de Barra
1289 Grande no ano passado. Quem chamou atenção, se vocês forem acompanhar a imprensa nacional no debate do
1290 licenciamento, quem foi para a imprensa para falar do problema de Barra Grande fomos nós, o Ministério de Meio Ambiente
1291 e o IBAMA, para dar transparência para o processo, porque de fato tinha um problema real a ser enfrentado. Assumimos o
1292 ônus de tomar a decisão. Qual o problema? Aí é um problema real. Vou avançar um pouco mais do que o Paulo. Quem é
1293 que tem grande responsabilidade sobre a criação dessa confusão? Tem no endereço, chama-se Agência Nacional de
1294 Energia Elétrica – ANEEL. A ANEEL criou uma confusão e assiste de camarote à confusão. Ninguém fala da ANEEL no
1295 processo. Ela não só criou a confusão, como o Presidente da ANEEL que está saindo, outro dia deu uma declaração na
1296 imprensa dizendo que não tem nada desse negócio de avaliação prévia não, que a ANEEL fez o que estava certo, que o
1297 problema de autorizar ou não era um problema dos órgãos ambientais. Mantém a posição, a Ministra Dilma não concorda
1298 com isso, mas a ANEEL mantém a posição. E boa parte dessa confusão foi criado por esse processo de concessões que
1299 está sendo revisto. O problema que temos real de Governo é o seguinte: como faz a transição, e não é um problema
1300 simples, não é à toa que a agenda mais intensa nossa é a agenda de energia, porque o tamanho do problema é bastante
1301 razoável. Uma parte do problema pode ser resolvido com minimizações, outra parte vai ser resolvido com tomadas de
1302 decisão de indeferimento de empreendimentos. Foi o caso de Tumirim, que indeferimos e mandamos refazer o projeto,
1303 estamos avaliando o projeto; foi o caso de Tijuco Auto; foi o caso recente de Poeriras, que é para um novo modelo, mas que
1304 devolvemos o estudo porque, consensualmente, no Governo consideramos que o estudo não era adequado e mandamos
1305 refazer o estudo. Para falar de participação, já fiz também uma reunião com o Fórum Brasileiro de ONGs sobre Estreito, que
1306 é uma das grandes que ainda está em avaliação, não temos fortes demandas sociais de novas audiências públicas no caso
1307 de Estreito, embora tenhamos uma ação civil pública com relação a isso. Nós forçamos a complementação dos estudos,
1308 agora superamos o empasse, mas estamos há 08 meses em uma queda de braço com o empreendedor porque exigimos
1309 fazer novas audiências públicas, nós Governo. Acabamos de firmar uma decisão de fazer novas audiências públicas. O
1310 caso de Barra Grande, vocês devem estar acompanhando alguns debates públicos sobre isso, criou-se agora a Associação
1311 Brasileira de Autoprodutores em Energia. Nós temos vários empreendimentos que já estão com licenças e os
1312 empreendedores estão reclamando dos custos ambientais. O caso de Barra Grande é um caso que o conjunto de medidas
1313 agregadas que se colocou no TAC eleva o nível de investimento de maneira muito significativa. Aqui vou falar despreendido
1314 de avaliação empresa, eleva de maneira tão significativa que vai no linear de o empreendedor avaliar se ele faz o
1315 investimento ou não. O conjunto de questões que foram colocados no TAC, agregados ao que já estava colocado na licença
1316 e que não foi objeto do TAC, eleva o nível de investimento, no caso de Barra Grande, para não resolver o problema que
1317 estamos discutindo aqui, mas eleva o nível de investimento a um patamar bastante próximo do linear de risco em termos de
1318 investimento. Eu acho que vamos ter que fortalecer as duas coisas, primeiro: transparência no processo de licenciamento,
1319 quer dizer, temos conversado sempre que possível e sempre que solicitados com todos os atores envolvidos em relação a
1320 isso, inclusive, com os investidores. E o processo de participação social na elaboração dos Termos de Referência dos
1321 estudos integrados de bacia e da sua elaboração. Acho que tem que fazer isso, porque se você faz um inventário e faz um
1322 estudo integrado de bacia conversando com os atores, você detecta conflitos que podem não estar aparentes ou não ser
1323 muito evidentes. Às vezes, os conflitos não são ambientais, por exemplo, em compatibilidade com usos predominantes na

1324 bacia. Vou citar um que surgiu aqui no Taquari/Antas, que são esportes radicais, para não falar de um tema diretamente
1325 ambiental, ou a incompatibilidade que surgiu aqui com a produção de uva para vinhos finos em uma das hidrelétricas do
1326 Ceará, que quase constituiu um conflito. Então, esses estudos têm que ser, necessariamente, acompanhados com os
1327 atores para poder identificar esses conflitos sociais e ver como que você dialoga, porque grande parte dos conflitos atuais
1328 das hidrelétricas no País podem ser bastante minimizados, em alguns casos eliminados, outros não, porque são de conceito
1329 mesmo. E há um debate de fundo a ser feito sobre a matriz energética, sobre o modelo, enfim. Agora, não acho que seja
1330 possível enfrentar o debate sobre as possibilidades de geração de energia no País trabalhando só com vento, sol, biomassa
1331 e PCH abaixo de 36MW, nós não achamos isso. Quero dizer aqui, claramente, Ministério do Meio Ambiente, não achamos
1332 que seja possível enfrentar isso. Uma pergunta para deixar no ar: se fôssemos zerar o processo e avaliara bacia do
1333 Uruguai, aqui, entre os atores, os distintos atores representados aqui, se fôssemos dar a prerrogativa de cada um que está
1334 sentado nessas cadeiras aqui de tomar a decisão sobre qual empreendimento licenciaria, autorizaria ou não na bacia do
1335 Uruguai íamos chegar a conclusões muito diferentes, desde uma situação que fosse livre de barramentos, até uma situação
1336 que é a situação atual, que é uma situação crítica, de sobrecarga, enfim. Há diferentes visões na sociedade sobre isso que
1337 precisam ser compatibilizadas, ou precisam ser colocadas na mesa, e é papel do Governo fazer isso. Eu queria encerrar
1338 dizendo o seguinte: acho que no debate social o setor ambiental na sociedade não tem conseguido colocar essas questões
1339 na dimensão devida no debate público no País por uma série de elementos. Há, de fato, um predomínio maciço da
1340 imprensa nos meios de comunicação de uma visão desenvolvimentista que não considera os outros elementos. Às vezes, é
1341 preciso que um New York Times levante uma questão sobre o apagão logístico dizendo: não, no fundo não esperem que
1342 a PPP vá fazer milagre. No fundo o que temos é um problema que alguns investimentos vão ter que ser feitos com o
1343 dinheiro estatal e precisamos mudar a cultura de investimento do empresário brasileiro, que só investe com o dinheiro
1344 público, só investe com baixo risco, aí você consegue infletar um pouco, mas ao longo deste ano foi um debate muito difícil.
1345 O setor ambiental, em geral, tem fragilidades em relação a isso, há coisas que, historicamente, não são defensáveis do
1346 ponto de vista de padrão de procedimento, de transparência, de atendimento à expectativa de o marco regulatório claro e de
1347 regras claras no País e de estruturação. O que estamos fazendo, acho que a grande diferença dessa situação atual em
1348 relação à situação anterior é, primeiro: acho que o Ministério do Meio Ambiente e o setor ambiental no Brasil sai de fora da
1349 sala e vai para dentro da sala para debater. Agora, não temos ilusão de que vamos enfrentar uma agenda dessa
1350 complexidade sem ter divergência, na sociedade e dentro do Governo, por isso tem que haver instâncias interministeriais
1351 que processem isso, que façam aproximações e que, às vezes, diante de divergências tomem decisões a respeito do
1352 assunto, resguardando a autonomia dos órgãos licenciadores para tomar decisões baseadas nos seus pareceres técnicos.
1353 Segundo: não é uma questão menor que a gente fala aqui em relação à estrutura do setor ambiental, se o próprio setor
1354 ambiental e os seus atores sociais não colocarem, publicamente, a necessidade que para resolver o problema um dos
1355 elementos centrais, talvez o elemento mais importante, é estruturação, sobretudo, com pessoal qualificado, não vamos
1356 avançar. Quer dizer, vou dar o dado aqui, o dado do IBAMA é um dado atípico: nós recebemos, a área de licenciamento do
1357 IBAMA, uma área menos, marginalizada, dentro da instituição, que é uma instituição, sobretudo, de agenda verde, com 07
1358 técnicos de carreira, acho que ainda estão lá os 07, e quase 70 de quadro temporário. No primeiro ano fizemos um
1359 concurso público para substituir os penuts que estavam lá por servidores ainda temporários, mas não mais vinculados às
1360 agências das Nações Unidas, vinculados diretamente a nós com contratos, com salários bastante razoáveis, inclusive. E
1361 90% das pessoas que estavam lá, dentro da Diretoria de Licenciamento do IBAMA rodaram no concurso, portanto, no final
1362 do ano passado substituímos 90% das pessoas. Foi ruim, porque perdeu um pouco a memória, mas foi bom, porque deu
1363 uma revigorada geral, mas você tem um tempo para qualificar essas pessoas. Hoje, com os concursados do primeiro
1364 concurso do IBAMA, mais esses temporários, nós temos algo em torno de 150 pessoas. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** São
1365 60 técnicos. **Sr. Claudio Langone:** Somando isso ao Escritório de Petróleo e Gás, no Rio. Então, são 130. Até junho do ano
1366 que vem vamos colocar algo em torno de 150 técnicos de nível superior de carreira permanente dentro do licenciamento do
1367 IBAMA. O Nilvo, inclusive, hoje, está com um problema que é o seguinte: é um bom problema, não tem onde pôr as
1368 pessoas, está pedindo para a gente construir um prédio para colocar as pessoas. Isso significa em termos de mudança
1369 estruturante no processo uma revolução. Você não tem nenhum órgão ambiental, no Brasil, na história recente, que faça
1370 uma operação como a que está sendo feita no âmbito federal. Tem que fazer nos Estados, porque os Estados estão meio
1371 estacionados nos concursos, a FEPAM fez um concurso mais recente, mas, em geral, os Estados estão estacionados e os
1372 seus quadros estão envelhecendo. Quer dizer, não é que estão estacionados, as pessoas estão saindo na medida em que
1373 você estaciona, você não está botando gente nova, não aumenta e acaba diminuindo, que é o quadro geral do setor
1374 ambiental brasileiro. Se não superarmos essa questão da defasagem entre demanda e capacidade instalada essa crise vai-
1375 se acentuar, essa crise não parou ainda. Estamos falando aqui de um setor, não falamos aqui, passamos em passant sobre
1376 o tema da regularização da infra-estrutura já instalada que está irregular no País, cuja demanda é muito grande, talvez
1377 maior do que a de empreendimentos novos. E não estamos ainda processando a demanda de licenciamento decorrente do
1378 agronegócio, em geral, eu diria que o setor ambiental brasileiro processa 10% da demanda do agronegócio hoje em relação
1379 a licenciamento ambiental. Isso requer criação de capacidade, mudança de procedimentos e uma avaliação sobre como
1380 abordar essas áreas onde nós entramos ainda com outras formas mais eficazes de trabalhar o processo, como integração
1381 de licenciamento e outorga, avaliação por cadeias produtivas, descentralização. O problema, vamos olhar para o cenário do
1382 licenciamento ambiental no Brasil hoje. O IBAMA bateu o recorde histórico, da história do IBAMA, em termos de emissão de
1383 licenças em 2004, emitiu 213 licenças, o recorde anterior tinha sido em 2002 com 192. Essa proporção, quando vai para os
1384 órgãos estaduais, trabalha em São Paulo algo em torno de 15.000 licenças/ano, e aqui no Rio Grande do Sul 16.000 e
1385 13.000. Se você for fazer uma avaliação sobre a proporção funcionário licença/dia, vocês vão ver que temos u mas
1386 problema estrutural, que requer uma discussão de fundo sobre a questão do licenciamento ambiental e da estruturação do

1387 setor ambiental, porque isso ainda tem coisa para entrar de cadeias, sobretudo, agronegócio, por exemplo, no Rio Grande
1388 do Sul. Então, claro que o IBAMA trabalha com os empreendimentos de maior porte, que são super complicados, mas a
1389 escala é completamente diferente. Na avaliação que o Rio Grande do Sul fez, vocês conhecem bem esse tema, 65% do
1390 total das licenças processadas pela FEPAM, no Rio Grande do Sul, são empreendimentos de caráter local, de impacto local.
1391 Então, você tem uma sobrecarga, diminui a capacidade do órgão sobre as grandes questões estratégicas mais
1392 complicadas, como essa que estamos discutindo aqui, e, aparentemente, não tem saída. Ou a gente aposta na
1393 descentralização, e o quadro do Rio Grande do Sul em relação à descentralização é completamente atípico em relação ao
1394 padrão do País, quer dizer, muito mais avançado do que o padrão do País. E, ou, a gente avança em descentralização em
1395 uma discussão mais global de avaliação de procedimentos, enfim, que tente olhar para as tendências e evite que
1396 cheguemos a situações de crise extrema como estamos agora. Se a gente não tivesse feito essa burrada do período de
1397 94/98 e tivesse enxergado as tendências, e discutido na sociedade, inclusive, com os empresários as tendências que se
1398 colocavam na época, não estaríamos nessa situação de crise. Era muito fácil de ver que como a tendência à globalização,
1399 com as leis se tornando mais rígidas, com a entrada do protocolo verde em vigor e com a exigência de melhoria de
1400 performance ambiental para entrar no mercado globalizado na infra-estrutura e na produção, o que o Brasil devia ter feito
1401 naquele momento era apostar e fortalecer o setor ambiental ao invés de apostar em enfraquecê-lo. Então, tivemos uma
1402 decisão errada em um momento histórico determinado, que nos trouxe a uma situação de crise que fragiliza muito o setor
1403 ambiental. Isso requer que a gente se adiante, aí acho que é fundamental que os órgãos ambientais e a própria sociedade
1404 tenha uma agenda muito pró-ativa em relação a esse assunto, saindo da defensiva e discutindo, socialmente, quais os
1405 passos que deveriam ser dados no Brasil para que se avançasse nessa questão. A agenda que o Ministério do Meio
1406 Ambiente está apostando vai nesse sentido, porque aí, Soler, há uma mudança, diria, significativa em relação à agenda
1407 atual sendo processada no atual momento, que é consolidada a Comissão Tripartite Nacional fechamos o ano com quase
1408 todos os Estados, 24 Estados com Comissões Tripartite Estaduais. Então, você tem um espaço institucional de diálogo
1409 entre os entes federados, que vai levar um tempo para pegar embocadura, porque as tensões ainda são muito fortes.,
1410 enfim. E nós temos que enfrentar o problema, o debate, tem que ser no primeiro semestre de 2005, sobre a regulamentação
1411 do artigo 23 e uma definição mais clara em relação às competências, porque o nível de judicialização que temos hoje em
1412 relação à questão ambiental no Brasil é muito elevado. Não se tratar de hoje vir o Ministério Público, mas banalizar a
1413 judicialização é um tiro no pé da gente, não é adequado isso, por isso abrimos uma agenda estratégica com os Ministérios
1414 Públicos Federais e Estadual para tentar construir saídas para esse negócio, porque você hoje tem, praticamente,
1415 associado a cada empreendimento de médio para alta complexidade uma ação civil pública automática e nem o Ministério
1416 Público quer esse nível de judicialização, o modelo que empurra para esse nível de judicialização. Então, temos que tentar,
1417 também, e acho que a regulamentação do 23 é uma oportunidade boa para resolver parte desses problemas e tentar
1418 avançar nessa questão. Não nos parece que seja possível, um: recentralizar e dar ao IBAMA uma carga maior do que tem
1419 hoje, não nos parece que seja um caminho viável. Não nos parece que seja possível, dois: aumentar sobremaneira a carga
1420 dos Governos Estaduais. Então, parece-nos que uma saída é diminuir a pressão sobre os órgãos estaduais trabalhando a
1421 descentralização dos pequenos e médios empreendimentos, pelo menos para dar capacidade aos órgãos estaduais e
1422 trabalhar com as coisas mais complexas e com a definição daqueles instrumentos que são compartilhados no âmbito do
1423 SISNAMA, que são os instrumentos estratégicos de planejamento e gestão. Não vamos pensar aqui o seguinte: vamos
1424 fazer avaliação integrada de bacia só para o IBAMA usar, ou vamos fazer o zoneamento ecológico econômico, ou vamos
1425 fazer avaliação ambiental estratégica de uma determinada região só para o Estado usar. Esses instrumentos tem que ser
1426 instrumentos produzidos para serem usados pelos três níveis de Governo, porque na Federação há sobreposição do
1427 território. Então, eles, preferencialmente, devem ser construídos em conjunto, se a gente quiser que sejam utilizados como
1428 instrumento de gestão e não como estudo de gaveta para fazer volume nas nossas bibliotecas. Quero agradecer o convite
1429 do CONSEMA, acho importante que os Conselhos Estaduais façam esse debate, o debate que fizemos aqui mostra uma
1430 conexão muito forte entre a agenda nacional e agendas estaduais, há questões que estão sendo debatidas aqui que não
1431 têm como ser resolvidas só no âmbito dos Estados. E acho que debates como este permitem estreitar tanto a relação
1432 executiva, no âmbito do SISNAMA, como, sobretudo, também, essa relação com os atores sociais que estão hoje
1433 estruturando os Sistemas Estaduais de Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** Em primeiro lugar, agradeço a presença do Dr.
1434 Paulo Teixeira, do Ministério de Minas e Energia, o Dr. Nilvo Alves da Silva, Diretor de Licenciamento do IBAMA, Dr. Claudio
1435 Langone, representando a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, pela disposição de terem vindo aqui na
1436 28ª Reunião Extraordinária do CONSEMA. Pediria aos Srs. Conselheiros, não temos mais quorum, acho que só há dois ou
1437 três Conselheiros presentes, temos a questão de moções que foram apresentadas pela Conselheira Edí, não temos como
1438 apreciar hoje. Então, se mais algum Conselheiro tiver moções peço que apresente à Secretaria Executiva do CONSEMA
1439 para apreciação na próxima reunião ordinária que será realizada. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Só para reforçar
1440 a proposta do representante do Ministério das Minas e Energia, para que quando tivermos quorum deliberemos sobre o
1441 convite do Ministério para que venha em uma reunião extraordinária como esta tratar de apresentação para o CONSEMA do
1442 planejamento energético do Ministério. **Sr. Presidente:** Eu vou-lhe pedir, se possível, que apresente isso como solicitação
1443 na próxima reunião do CONSEMA, que oficialize a Secretaria. É possível. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** É
1444 possível, mas contará em Ata também. **Sr. Presidente:** Constará em Ata também. Obrigado senhor e senhoras. (Encerra-
1445 se às 18h08min)